

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: TENDÊNCIAS PARA A
ECONOMIA BRASILEIRA E GAÚCHA**

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES

Porto Alegre

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: TENDÊNCIAS PARA A
ECONOMIA BRASILEIRA E GAÚCHA**

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES

Orientador: Sabino Porto Júnior

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia modalidade profissionalizante, com ênfase em desenvolvimento econômico

Porto Alegre
2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

A473d

Alvares, Jairo Eduardo de Barros

Desigualdade e polarização : tendências para a economia brasileira e gaúcha / Jairo Eduardo de Barros Alvares. – Porto Alegre, 2006.

94 f. : il.

Ênfase em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Sabino Porto Júnior.

Dissertação (Mestrado profissional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

1. Desigualdade econômica : Renda. 2. Classe média : Brasil. 3. Classe média : Rio Grande do Sul. 4. Distribuição de renda. I. Porto Júnior, Sabino. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 330.56

DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: TENDÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E GAÚCHA

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia modalidade profissionalizante, com ênfase em desenvolvimento econômico

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de julho de 2006.

Prof. Dr. Sabino Porto Junior - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Flavio Comim
UFRGS

Prof. Dr. Clailton Ataídes de Freitas
UFSM

Prof. Dr. Clailton Ataídes de Freitas
UFSM

DEDICATÓRIA

À minha esposa pelo seu amor e carinho e o apoio na realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela benção de poder concluir este mestrado;

Agradeço aos meus pais pelo amor com que me educaram ao longo da minha e sem o apoio deles a realização deste sonho seria praticamente impossível.;

Agradeço a ajuda prestimosa de meu orientador, pela paciência e dedicação com que sempre me aconselhou.

RESUMO

Este trabalho visa testar a hipótese do desaparecimento da classe média brasileira. Ainda, procura-se estabelecer a distinção entre os conceitos de desigualdade e de polarização, tendo em vista serem conceitos muito próximos, e analisar a evolução de ambas as medidas entre 1987 e 2003 para o Brasil, traçando-se um paralelo com o Rio Grande do Sul. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se ferramentas estáticas de mensuração, nas quais se destacam o coeficiente de Gini, para medir a desigualdade, e o índice de Wolfson, para medir a polarização. Os resultados apontam que a hipótese não é verdadeira. Pelo contrário, mostram que a classe média brasileira está aumentando. Por outro lado, evidenciam que a desigualdade brasileira permanece praticamente estável no período. Para a economia do RS os resultados apontam para a mesma direção, porém com os dois índices apresentando evolução mais significativa.

Palavras-chave: Classe média – Desigualdade - Polarização

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyse the hypothesis of a decreasing number of individuals in Brazil belonging to its middle classes. The work tackles a conceptual distinction between the notions of inequality and polarization, focusing on their measures for Rio Grande do Sul and Brazil (1987-2003). To reach such objectives, used static tools of measurement, which detach the coefficient of Gini, to measure the inequality, and the index of Wolfson, to measure the polarization. The results point that the hypothesis is not true. For the opposite, they show that the Brazilian middle class is increasing. On the other hand, they evidence that the Brazilian inequality practically remains steady in the period. In respect to the economy of the RS the results point to the same direction, however with the two indices presenting more significant evolution.

Key-words: Middle class – inequality - polarization

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixas de Renda da Classe Média Segundo Thurow (75%-150%) e Blackburn e Bloom (60% e 225%)	67
Tabela 2 - Tamanho da Amostra (número de domicílios) Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)	69
Tabela 3 - Variação % do PIB e do Coeficiente de Gini no Brasil (BR) e no Rio Grande do Sul (RS).....	71
Tabela 4 - Variação % do Índice de Wolfson no Brasil (BR) e no Rio Grande do Sul (RS).....	78
Tabela 5 - Participação na Renda do Rio Grande do Sul por Decartil	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Funcional e Pessoal Distribuição de Renda	22
Figura 2 - Polarização e Desigualdade	36
Figura 3 - Curva de Lorenz	55
Figura 4 - Comparação entre Curvas de Lorenz.....	56
Figura 5 - Curvas de Lorenz Cruzadas	57
Figura 6 - Uma Nova Medida de Polarização Baseada na Curva de Lorenz	62
Figura 7 - Primeira Curva de Polarização.....	63
Figura 8 - Segunda Curva de Polarização	64
Figura 9 - Curva de Lorenz 1987, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS) ...	72
Figura 10 - Curva de Lorenz 2003, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS) .	72
Figura 11 - Curva de Lorenz Rio Grande do Sul 1987, 1992, 1997 e 2003 .	73
Figura 12 - Índice de Gini 1991, Municípios do Rio Grande do Sul.....	74
Figura 13 - Índice de Gini 2000, Municípios do Rio Grande do Sul.....	75
Figura 14 - Curva de Bipolarização 1987, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)	78
Figura 15 - Curva de Bipolarização 2003, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)	79
Figura 16 - Curva de Bipolarização do Rio Grande do Sul 1987, 1992, 1997 e 2003	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)	70
Gráfico 2 - Índice de Polarização Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS) ...	77
Gráfico 3 - Variação da renda brasileira por decentis (1987 – 2004)	77
Gráfico 4 - Comparação Variação do PIB e Índice Wolfson (RS)	81
Gráfico 5 - Comparação Variação do PIB e Índice Wolfson (BR)	82
Gráfico 6 - Participação das Exportações Gaúchas nas Exportações Nacionais.....	82
Gráfico 7 - Variação do PIB x Variação das Exportações (RS).....	83
Gráfico 8 - Índice Rendimento Médio Real dos Ocupados na RMPA	84
Gráfico 9 - Índice Rendimento Médio Real dos Assalariados na RMPA....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	16
2.1 DESIGUALDADE	17
2.1.1 Conceito de Desigualdade.....	18
2.1.2 Espaço de Análise de Desigualdade	19
2.1.3 Justiça Distributiva	23
2.1.4 Fatores que Afetam a Desigualdade.....	29
2.2 POLARIZAÇÃO	33
2.2.1 Diferenciação do Conceito de Polarização do Conceito de Desigualdade	35
2.2.2 Fatores que Contribuem para o Aumento ou Diminuição da Polarização	37
2.2.3 Evidências Empíricas.....	42
3 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: FORMAS DE MENSURAÇÃO	50
3.1 AXIOMAS PARA MENSURAR A DESIGUALDADE.....	51
3.2 CURVA DE LORENZ	54
3.3 COEFICIENTE DE GINI	58
3.4 ÍNDICE DE WOLFSON	60
4 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: RESULTADOS PARA O BRASIL E O RIO GRANDE DO SUL	66
4.1 METODOLOGIA	68
4.2 DESIGUALDADE.....	69
4.3 POLARIZAÇÃO	75
4.3.1 Índice de Polarização	76
4.3.2 Explicação para a Polarização Gaúcha	80
5 CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

Na última década do Século XX e início do século XXI o Brasil sofreu uma série de mudanças econômicas e sociais. Entre essas podemos citar: abertura comercial, estabilidade monetária e melhora de índices sociais. Apesar das melhoras ocorridas, os índices da desigualdade permaneceram praticamente os mesmos. Segundo o Banco Mundial a desigualdade brasileira é a segunda pior do mundo, superando apenas Serra Leoa.

A manutenção de altos índices de desigualdade, conforme aponta Ricardo Paes de Barros, e de taxas elevadas de desemprego tem contribuído para uma piora na condição de vida das pessoas. A classe média¹, que é um importante segmento da economia, pode estar perdendo espaço dentro do contexto econômico e social nacional. Esse movimento é conhecido como polarização, e se caracteriza por um achatamento da classe média e um distanciamento maior entre os pobres e os ricos.

A polarização ou desaparecimento da classe média começou a ser estudado na década de 80 do século passado, nos Estados Unidos através do trabalho desenvolvido por Bob Kuttner (1983). Os primeiros trabalhos tinham como objetivo compreender o processo de mudanças que estava ocorrendo naquele país, através do acelerado processo de uma nova revolução industrial, introduzida pelo desenvolvimento da microeletrônica e da informática.

Na época, todos os trabalhos chegaram a mesma conclusão, qual seja, a de que a classe média americana estava desaparecendo. Além de mudanças no mercado de trabalho, alterações sociais como o rejuvenescimento da população, causado pelo *baby boom* e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, eram apontadas por Blackburn e Bloom (1985, p.24) e pelos demais estudos realizados como causa do desaparecimento da classe média.

¹ No presente trabalho a classe média será definida endogenamente, conforme os critérios estabelecidos por Wolfson.

Os trabalhos desenvolvidos sobre polarização apontam a classe média como o alicerce da democracia e da economia capitalista, através de sua capacidade de manter a estabilidade social e do seu poder de consumo. Por isso, a motivação dos estudos realizados na década de 80 do século passado em estudar a classe média era focada na desestabilização do processo democrático dos Estados Unidos, que poderia ser causado pela polarização da população, tendo em vista que nesse período a Guerra Fria estava no seu apogeu.

Recentemente as análises sobre o tema evoluíram e um dos principais estudiosos é Michael Wolfson. Os seus dois principais trabalhos são “When Inequalities Diverge” e “Divergent Inequalities – Theory and Empirical Results”. O objeto das análises de Wolfson não é a causa da polarização, mas distinguir o conceito de polarização do conceito de desigualdade. Wolfson argumenta que, apesar de serem próximos, não é apenas uma questão conceitual que diferencia desigualdade de polarização. Pois, mesmo quando a desigualdade diminui, a polarização pode aumentar, e vice-versa. Este fato foi observado para o Canadá entre 1973 e 1981.

No caso do Brasil, apesar de o tema polarização ser estudado há alguns anos, ainda é incipiente. As observações empíricas e as evidências apontadas por alguns estudos sinalizam que a classe média brasileira está se deteriorando. Para a análise estadual, incluindo o Rio Grande do Sul, poucos estudos foram desenvolvidos, mas a conclusão é a mesma para o agregado do Brasil, qual seja, a classe média está desaparecendo.

Entretanto, a maioria desses estudos desenvolvidos no país centram-se na definição de parâmetros subjetivos de definição de classe média variando de acordo com cada pesquisador. Por exemplo, Pochmann et. al definem que a classe média brasileira encontra-se na faixa de renda entre R\$ 263,00 e 2.928,00.

Procurando desviar da definição subjetiva de critérios para analisar polarização, Wolfson desenvolveu seu índice baseado na curva de Lorenz e através desta definir se a classe média está aumentando ou diminuindo.

Diante do exposto o objetivo central do presente trabalho é evidenciar através do índice de Wolfson se na economia brasileira tem ocorrido a tendência de polarização da sociedade, ou seja, o desaparecimento da classe média.

Para se alcançar esse objetivo, o trabalho terá como objetivos específicos:

- Diferenciar os conceitos de polarização e desigualdade;
- Apresentar as formas de medição dos dois conceitos através do índice de Gini e o índice de polarização de Wolfson;
- Verificar se os índices de desigualdade e polarização têm a mesma tendência na economia brasileira e gaúcha; e
- Sinalizar as possíveis causas da polarização, se este for o caso.

Vale salientar que procurar-se-á no decorrer do trabalho fazer o paralelo entre a economia gaúcha e brasileira, procurando destacar as tendências comuns ou distintas entre elas.

Contudo, não será abordada no trabalho a discussão existente entre os diferentes tipos de medida de desigualdade e polarização. Para atender aos objetivos propostos, o trabalho está estruturado em três capítulos. O segundo capítulo abordará a revisão bibliográfica sobre desigualdade e polarização, procurando distinguí-los conceitualmente. O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar os métodos de mensuração das medidas de desigualdade e polarização. Por fim, no quarto capítulo será definida a amostra a ser analisada e comentar-se-á os resultados obtidos para o Brasil, fazendo-se um paralelo com os resultados para o Rio Grande do Sul buscando identificar os principais fatores que influenciaram nos resultados observados.

2 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Este é um fato evidenciado em estudos e pesquisas constantemente divulgados. Apesar de profundas mudanças econômicas e sociais que o país presenciou, podendo ser citado: abertura comercial, estabilidade monetária e melhora de índices sociais, não foi possível reverter o quadro de desigualdade no qual a nação brasileira está inserida.

Ricardo Paes de Barros ratifica esta observação afirmando que, “[...] apesar das diversas transformações e flutuações macroeconômicas ocorridas no período, a desigualdade exibiu uma estabilidade surpreendente.” (2000, p. 33).

Esta preocupação com a desigualdade não é recente. No início da década de 70 já estava presente, quando o então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, afirmou que, “era necessário fazer primeiro o bolo crescer para depois repartir”, rebatendo as críticas feitas à política econômica adotada por aquele Governo.

No entanto, além da desigualdade econômica, recentemente surgiu a preocupação com a polarização da renda. Este tema apareceu no início da década de 80 do século XX nos Estados Unidos, com o artigo escrito por Bob Kuttner em julho de 1983, na revista *Atlantic Monthly*, intitulado “*The Declining Middle*”. Atualmente este tema tem sido abordado por Michael Wolfson, tendo como trabalhos principais “*When Inequalities Diverge*” e “*Divergent Inequalities – Theory and Empirical Results*”.

A principal preocupação de Wolfson é distinguir o conceito de polarização do conceito de desigualdade. Ele afirma que mesmo reduzindo a desigualdade de um país, a polarização pode aumentar. Isto é evidenciado, por exemplo, no Canadá onde, de 1973 até 1981, todas as medidas de desigualdade declinaram ou permaneceram constante, ao mesmo tempo que quase todas as medidas de polarização aumentaram.

O presente capítulo tem como objetivo abordar e distinguir esses dois conceitos: desigualdade e polarização. Na primeira parte tratar-se-á da desigualdade, trazendo os conceitos existentes, o debate que há sobre o tema e os principais fatores que podem influenciar na desigualdade de um país. A segunda parte irá abordar a definição de polarização, apresentando uma revisão da bibliografia sobre o tema e os resultados alcançados por estudos empíricos.

2.1 DESIGUALDADE

Segundo Debraj Ray estudar desigualdade é importante por duas razões. A primeira é que, por causa de questões éticas, “[...] não há razões pelas quais os indivíduos devam ser tratados diferentemente em termos de seus acessos a recursos econômicos ao longo da vida¹. (1998, p. 169). Ou seja, ao longo da vida os indivíduos deveriam ter as mesmas oportunidades e quando isto não ocorre surge a desigualdade dentro de uma sociedade.

Em segundo lugar, Ray considera (1998, p. 170) que o simples fato de não se preocupar com este tema, já é uma razão para se dedicar a ele, pois desigualdade tem impacto em outras áreas da economia e não se preocupar com ela seria um engano.

No entanto, para estudar a desigualdade é importante defini-la conceitualmente e analisar sobre qual enfoque ela será estudada. Além disso, vale estudar quais são os fatores que podem influenciá-la. Estes temas serão abordados no decorrer do presente capítulo.

¹ As traduções realizadas ao longo deste trabalho foram elaboradas pelo autor e estão baseadas nos trabalhos originais.

2.1.1 Conceito de Desigualdade

Desigualdade pode ser definida como “[...] a disparidade que permite um indivíduo usufruir determinada quantidade de bens materiais enquanto impede outro de usufruir dessa mesma quantidade de bens.” (RAY, 1998, p. 170).

Este conceito tem um sentido amplo, pois quando afirma “a disparidade que permite”, está assumindo um ponto de partida inicial, ou de condições adquiridas ao longo da vida, entre dois indivíduos que não precisam ser necessariamente iguais.

Com a visão apresentada anteriormente, a desigualdade existente entre indivíduos é a consequência de diferenças sociais e naturais no ambiente no qual ele está inserido, além de características pessoais como: sexo, habilidades, aptidão física, entre outras. A combinação destes fatores (naturais, sociais e pessoais) permite a um indivíduo realizar uma série de ações através das quais ele, ao longo de sua vida, irá auferir uma determinada renda, ou realizar determinadas ações que deseja.

Amartya Sen corrobora com este fato argumentando que, “A desigualdade pode ser vista em termos de realizações e liberdades e elas não necessitam coincidir.” (2001, p. 69). Ou seja, o fato de uma determinada pessoa ter a liberdade para realizar um ato, não lhe assegura que o ato desejado seja realizado. Isto porque as condições do indivíduo, que Sen caracteriza como “*capabilities*”², nem sempre são suficientes para realizar o ato que ele deseja, mesmo que a sociedade lhe dê as condições necessárias para tal.

Vale ressaltar que, apesar da análise focar principalmente o indivíduo, ela pode ser aplicada a regiões, estados ou nações. O Relatório sobre o Desenvolvimento

² Esta palavra foi traduzida para o português como capacitações, que é igual à capacidade mais ações. Ou seja, o indivíduo tem a oportunidade de realizar ações que visem desenvolver suas capacidades.

Mundial de 2000/2001, do Banco Mundial, afirma isto dizendo que, “[...] as tendências de desigualdade mundial entre indivíduos refletem tendências da desigualdade entre países e da desigualdade entre indivíduos dentro dos países [...]” (2001, p. 51).

Esta afirmação é ratificada por Dani Rodrik quando ele expõe que, a “[...] geografia tem um papel direto e óbvio na determinação da renda por que a dotação de recursos naturais são responsáveis em grande parte pela formação desta renda [...]” (2003, p. 5). Ele também salienta que, “Arranjos sociais podem ter um importante papel de igualdade e em última instância para o crescimento econômico.” (2003, p. 11). Ou seja, a geografia pode ser considerada como sendo as condições naturais de uma nação, enquanto os arranjos sociais estão ligados ao conceito de condições sociais de um determinado País.

O conceito de desigualdade é “[...] escorregadio e é intimamente ligado à conceitos como vida, capacitações pessoais e liberdades políticas.” (RAY, 1998, p. 170). Por se tratar de uma abordagem “escorregadia”, definir a medida que deve ser utilizada para mensurar a desigualdade não é uma tarefa simples. As principais questões relacionadas a esta questão serão tratadas a seguir.

2.1.2 Espaço de Análise da Desigualdade

O conceito de desigualdade está ligado a abordagens amplas tais como capacitações pessoais e liberdades políticas. Este fato traz dificuldades na mensuração da desigualdade uma vez que, está embutido no termo “capacitações” uma visão abrangente incluindo itens como educação, saúde, renda e tantos outros indicadores sociais. E no termo “liberdades políticas”, considera-se também itens como, por exemplo, a liberdade de se expressar, a oportunidade do povo demonstrar sua vontade, entre outros tipos de liberdade.

No intuito de simplificar a análise da desigualdade, argumenta-se que a renda é a remuneração do trabalho realizado pelos indivíduos. Para realizar este trabalho os indivíduos têm suas habilidades naturais e as características adquiridas ao longo da vida e cada um é remunerado conforme estes fatores. Desta forma, quando analisada a desigualdade da renda, de forma indireta estariam sendo consideradas todas as características individuais, sejam elas sociais, naturais ou pessoais.

O estudo da desigualdade enfocando a renda pode ser feito sobre dois ângulos. O primeiro é o quanto um indivíduo ganha no momento atual e o segundo é sobre o fluxo de renda que o indivíduo auferi ao longo de sua vida. Como salienta Ray, “Nós podemos estar interessados na distribuição de gastos correntes ou fluxos de renda [...]” (1998, p. 171).

Esta distinção é importante, dado que analisar a distribuição de renda sob um enfoque ou outro pode trazer resultados diferentes. Analisando a desigualdade de renda em um momento estático capta-se somente a renda momentânea, não refletindo a realidade da pessoa. Ou seja, o indivíduo no período em questão pode estar desempregado e, por conseguinte migrar da parte superior para parte inferior da pirâmide social, sem que essa seja a realidade na qual ele se insere.

Por outro lado, se for observado o fluxo do indivíduo e porventura em algum momento da sua vida ele teve um período que deixou de auferir uma determinada quantia de renda, este fato não será tão impactante ou não gerará distorções na análise da desigualdade. Em razão disso, analisar a desigualdade sobre o fluxo e não sobre a renda corrente parece ser mais adequado. Mankiw ratifica este fato afirmando que o “Padrão normal do ciclo de vida provoca desigualdade na distribuição de renda anual, mas não representa uma verdadeira desigualdade nos padrões de vida [...]” (2001, p. 444). Ele complementa dizendo que a renda que importa para mensurar a desigualdade é a vitalícia, esta “[...] ameniza os altos e baixos do ciclo de vida, as rendas vitalícias são, sem dúvida, distribuídas de forma mais equânime na população do que as rendas anuais [...]” (2001, p. 444).

Ray salienta ainda outra abordagem sobre o estudo da desigualdade afirmando que, “Pode também ser interessante saber [...] não somente quanto a pessoa ganha, mas como ela é remunerada.” (1998, p. 171).

Esta abordagem destaca a importância da interação entre as características pessoais e do ambiente no qual o indivíduo está inserido e de que forma a combinação desses fatores contribuem para alcançar um determinado nível de renda.

A ilustração sugerida por Ray demonstra este processo de interação (Figura 1). Do lado esquerdo da figura tem-se a distribuição funcional, que está relacionada aos fatores de produção, terra, habilidades dos trabalhadores e capital e como estes geram rendas de arrendamento, salários e lucros. Do outro lado há as famílias ou indivíduos demonstrando como os fatores da distribuição funcional influenciam no salário destas unidades de análise.

Amartya Sen inverte o problema, ao afirmar que a renda ou a riqueza “[...] são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar.” (SEN, 2001, p. 28). Ou seja, pela visão de Sen quando se mensura a desigualdade pelo critério da renda, a análise fica limitada e não explora aquilo que as pessoas buscam. Para ele, o fim são as liberdades e capacidades que as pessoas têm para levar o tipo de vida que elas desejam.

Esse fato fica evidente quando ele expõe que

A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude da desigualdade de *rendas*, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos (SEN, 2001, p. 60).

Logo, medir a diferença que existe entre dois indivíduos não pode se limitar somente à renda, segundo Sen. Para ele, “As vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser julgadas em termos de muitas variáveis diferentes.” (SEN, 2001, p. 51).

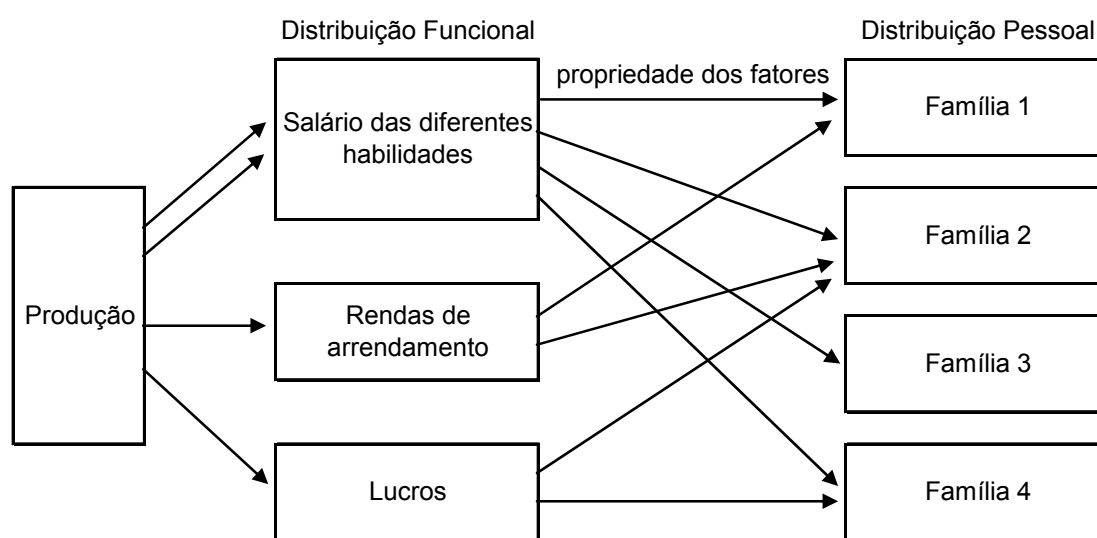


Figura 1 - Funcional e Pessoal Distribuição de Renda

Fonte: Ray, 1998, p.172.

A maneira como o ser humano, com suas características pessoais, se relaciona com o meio ao qual ele está inserido tem um papel fundamental na determinação da desigualdade.

Enfim, segundo Sen, uma abordagem mais completa da desigualdade leva em consideração a heterogeneidade dos seres humanos e os vetores sobre o qual a desigualdade pode ser avaliada, por exemplo, riqueza, renda, liberdade, capacidades, entre outros.

Diante do conceito de desigualdade e do princípio de que cada indivíduo é específico, com características únicas, existe a argumentação de que, “[...] na medida que as pessoas são desiguais, é racional supor que elas devem ser tratadas desigualmente – o que poderia significar parcelas maiores para os necessitados ou parcelas maiores para os merecedores [...]” (LETWIN, 1983 apud SEN, 2001, p.46). Este tema será abordado a seguir.

2.1.3 Justiça Distributiva

Partindo do pressuposto que cada indivíduo apresenta diferenças em suas características constitutivas, sejam elas, habilidades, aptidões físicas, conhecimento, ambiente social no qual está inserido, entre tantas outras, é razoável pensar que dificilmente dentro de uma sociedade todos os indivíduos obterão os mesmos resultados e conseqüentemente que a sociedade seja igualitária.

Sen corrobora afirmando que, “As exigências da igualdade em diferentes espaços não coincidem precisamente por que os seres humanos são diversos.” (2001, p. 201). Por exemplo, se for exigida igualdade de renda, haverá desigualdade em um outro espaço de avaliação.

Pelo menos, três correntes de pensamento focaram suas análises na questão da justiça distributiva. Essas correntes são chamadas de utilitaristas, libertaristas e liberalistas e, de acordo com seus princípios estabelecem se há necessidade de o Governo intervir visando a igualdade entre os membros de uma dada sociedade. Será abordada brevemente cada uma delas a seguir³.

³ Observa-se que o único intuito desta apresentação é comentar como essas três visões alternativas encaram a intervenção do Governo com relação à questão de justiça distributiva e buscar a igualdade.

a) Utilitaristas

A primeira corrente de pensamento a ser apresentada no presente trabalho são os utilitaristas, cujo foco principal de análise dessa corrente é a maximização da utilidade de cada indivíduo. A utilidade pode ser entendida como a “[...] propriedade de qualquer objeto que tenda a produzir algum benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso equivale à mesma coisa).” (BENTHAM, 2000, p. 14). A utilidade é derivada de uma função de bem-estar de cada indivíduo. E não necessariamente esta função precisa ser igual para todos.

Para os utilitaristas o objetivo do governo “[...] é promover o bem-estar da sociedade [...]” (BENTHAM, 2000, p. 61) ou, como ratifica Mankiw, “[...] maximizar a soma da utilidade de todos na sociedade [...]” (2001, p. 447). Porém, maximizar a soma da utilidade não necessariamente quer dizer igualar a utilidade de todos, como corrobora Sen “[...] isso não é, num sentido claro, particularmente igualitário [...]” (2001, p. 44).

O Governo deveria intervir visando minimizar os efeitos nocivos de uma distribuição extremamente desigual. Entretanto, segundo os utilitaristas a distribuição de renda dos indivíduos não pode ser equalizada por duas razões: a primeira reporta-se à utilidade marginal decrescente e a segunda é porque as pessoas reagem a incentivos.

O princípio da utilidade marginal decrescente estabelece que o bem-estar proporcionado por uma unidade adicional de renda é inferior ao bem-estar gerado pela unidade de renda imediatamente anterior. Ou seja, “[...] à medida que a renda de uma pessoa aumenta, o bem-estar adicional derivado de um dólar adicional de renda diminui [...]” (MANKIW, 2001, p. 447).

Este conceito é fundamental para os utilitaristas por que os indivíduos têm aversão ao trabalho, pois segundo esta corrente o trabalho gerava sofrimento. Em outras palavras “[...] qualquer tipo de trabalho era considerado penoso [...]” (HUNT, 1989, p. 148). Logo, se o Governo iguala-se à renda de todos, haveria uma menor predisposição das pessoas ao trabalho.

A segunda razão pela qual o Governo não deve equalizar a renda da sociedade, é a reação da sociedade aos incentivos. Este conceito está ligado à predisposição ao trabalho, citada anteriormente. Suponha-se que o Estado busque transferir renda, não importando o mecanismo utilizado, do indivíduo A para o indivíduo B. Como os indivíduos são seres racionais e reagem a incentivos e o trabalho é penoso, o indivíduo A não terá mais incentivos para trabalhar arduamente, visto que não obterá recompensa pelo esforço adicional. Ao mesmo tempo, o indivíduo B não precisará se esforçar para atingir o mesmo nível de bem-estar do indivíduo A.

Logo, os utilitaristas acreditam que a igualdade completa pode tornar a alocação dos recursos ineficientes e, por conseguinte, não maximizar o bem-estar da sociedade. Desta forma, “[...] o Governo utilitário deve equilibrar os ganhos de uma maior igualdade e as perdas decorrentes da distorção de incentivos. Portanto, para maximizar a utilidade, o governo não pode tornar a sociedade completamente igualitária.” (MANKIWI, 2001, p. 447).

b) Libertaristas

Os libertaristas defendem que o Governo não deve interferir no resultado da alocação dos recursos da sociedade. Nozick justifica afirmando que, “[...] o Estado mínimo é a extensão do Estado que pode ser justificada. Qualquer Estado mais extensivo viola os direitos de propriedade.” (1974, pp. 149). Eles entendem que

Não há distribuição central, nem pessoas ou grupos com o direito de controlar todos os recursos, decidindo em conjunto como deverão ser repartidos. O que cada pessoa recebe, ela o recebe de outros que o dão em troca de alguma coisa ou como presente. Em uma sociedade livre, diferentes pessoas controlam recursos diferentes e novas propriedades decorrem de trocas voluntárias e de ações pessoais. (NOZICK, 1974, p. 149).

Conforme afirma Nozick, “[...] se as propriedades pessoais são justas, então a posição (distribuição) de propriedades é justa [...]” (1974, p. 171), por conseguinte o Estado não deve intervir, pois a intervenção deve existir somente quando os mecanismos do mercado não estiverem atuando de forma justa⁴.

A preocupação dos libertaristas não está no fim do processo econômico-social, ou seja, a renda de cada indivíduo, mas sim nos meios através dos quais as rendas e riquezas são auferidas. Logo, “[...] a igualdade de oportunidades é mais importante do que a igualdade de rendas. Eles acreditam que o governo deveria garantir direitos individuais para assegurar que todos tenham as mesmas oportunidades de usar seus talentos e obter sucesso.” (MANKIWI, 2001, p. 49).

Sen salienta que o foco dos libertaristas, e por isso advém o nome dado a esta corrente, é a liberdade que as pessoas têm para alcançar os fins desejados. Ele lembra que, “[...] a crença de que a liberdade é importante não pode, portanto, estar em conflito com a visão de que é importante que os ordenamentos sociais sejam dispostos para promover a igualdade de liberdades que as pessoas têm [...]” (2001, p. 53). Ou seja, a garantia de que todos tenham as mesmas oportunidades para usufruir suas habilidades e alcançar o resultado almejado.

⁴ O mercado deve garantir que as oportunidades para se auferir renda sejam iguais para todos, desta forma seria justo a renda que cada indivíduo possui, caso isto não ocorra o Estado deve intervir para corrigir as imperfeições no mercado.

c) Liberalista

A corrente liberalista tem como princípio a justiça. Esta justiça deve permear as instituições, as leis, as políticas sociais e os Governos. A teoria Rawlsiana tem dois princípios de justiça. O primeiro é “[...] para cada pessoa ter um direito igual referente às mais extensivas liberdades básicas compatíveis com uma liberdade similar de outros [...]” (RAWLS, 1971, p. 60). O outro princípio afirma que as “[...] desigualdades econômicas e sociais são para ser combinadas de tal modo que ambas são: a) para beneficiar principalmente os menos favorecidos; e b) unidos para abrir deveres e posições para todos sob condições justas de igualdade de oportunidade.” (RAWLS, 1971, p. 303).

Para se alcançar uma sociedade justa, as escolhas deveriam ser feitas sob um véu de ignorância. Isto seria possível se as regras as quais à sociedade estaria sujeita fossem determinadas em uma posição original na qual não se saberia qual o lugar de cada indivíduo na sociedade. Nas palavras de John Rawls “Eles são os princípios [de justiça] que as pessoas livres e racionais concernem para adiante dos seus próprios interesses podendo ser aceito em uma posição inicial de igualdade como definindo os termos fundamentais de sua associação.” (1971, p. 11).

A posição original permitiria a imparcialidade nas decisões das regras que visam tornar a sociedade mais justa, pois elas não seriam estabelecidas com o objetivo de beneficiar uma ou outra pessoa. Diante do véu de ignorância determinado pela posição original, Rawls considera que a distribuição resultante seria justa, já que, no momento da determinação das regras não é possível saber quem irá ficar no topo ou na base da pirâmide social.

Vale destacar que Rawls parte do princípio de que os indivíduos são avessos ao risco. Esta aversão ao risco faria com que as regras na posição original vissem a distribuição de renda como “uma apólice de seguros” (MANKIW, 2001, p. 448). Ou seja, não iriam se estabelecer regras cujos indivíduos teriam um grande risco de ficar na base da pirâmide.

Ainda, as regras estabelecidas, segundo o princípio de justiça Rawlsiano, procurariam melhorar a condição de quem se estabelecesse no fim da distribuição, por não se saber quem estaria nesta posição. Desta forma, procurar-se-ia “[...] maximizar o bem-estar da pessoa em pior posição em uma sociedade [...]” (MANKIW, 2001, p. 448), a este fato dá-se o nome de “critério maximin”. Todavia, o critério maximin não tem por objetivo obter uma sociedade igualitária. Porque, se as rendas fossem igualadas completamente, “as pessoas não teriam incentivo para trabalhar muito, a renda total da sociedade cairia substancialmente e a pessoa menos afortunada ficaria em pior situação” (MANKIW, 2001, p. 448).

Constata-se, que nenhuma das linhas teóricas apresentadas defende a sociedade igualitária. Desta forma, a idéia de justiça distributiva não é necessariamente igualitária. As correntes expostas defendem que os indivíduos devem possuir as mesmas oportunidades e a renda de cada um será o resultado do esforço despendido. O papel do governo neste caso é eliminar as imperfeições de mercado para que o resultado final da distribuição de renda seja o mais justo. Logo, o esforço individual de cada um deve ser valorizado para que a alocação dos recursos na sociedade seja mais eficiente. Entretanto, existem fatores que contribuem para uma alocação mais ou menos eficiente. Por exemplo, distorções na educação e no mercado de trabalho podem fazer com que os indivíduos não tenham acesso às mesmas oportunidades, e, conseqüentemente, não consigam alcançar os resultados esperados. Esta questão será abordada na subseção seguinte.

2.1.4 Fatores que Afetam a Desigualdade

O presente trabalho abordou até o momento o conceito da desigualdade, sob qual enfoque ela deve ser analisada e o aspecto de justiça da distribuição. Nesta última parte sobre desigualdade serão abordados os fatores que podem contribuir para aumentar ou diminuir a desigualdade.

Segundo Ferreira (2000), existe pelo menos cinco fatores que podem gerar uma distribuição desigual. São eles: características natas dos indivíduos, características individuais adquiridas, alocação do mercado de trabalho, alocação do mercado de capital e fatores demográficos. Vejamos cada um desses fatores.

a) Características Natas dos Indivíduos

As características natas são aquelas com as quais os indivíduos nascem, dentre elas citam-se: raça, gênero, inteligência e condições sociais a qual ele está ligado. Esse conjunto de fatores irá determinar aquilo que Barros e Mendonça chamam de “preparação para a corrida”. Para eles “[...] o fato de as regras da corrida permitirem que recursos privados sejam utilizados na fase de preparação caracteriza-a como uma corrida em que existe desigualdade de oportunidades.” (BARROS; MENDONÇA, 1995, p. 5). Ou seja, aqueles indivíduos que na fase inicial de vida tiverem melhores condições, sejam de fatores natos ou de fatores sociais aos quais estão inseridos, as oportunidades na fase adulta serão maiores e melhores e, por conseguinte, se estabelecerá a desigualdade.

b) Características Individuais Adquiridas

Dada as características natas dos indivíduos, é possível que eles adquiriram ao longo da vida uma certa quantidade de outras características, como “[...] educação, experiência profissional, etc.” (FERREIRA, 2000, p. 135). Das características adquiridas, para o caso brasileiro, a educação é o principal determinante da desigualdade de renda. “A evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira.” (FERREIRA, 2000, p. 155).

Estudo realizado por Barros e Mendonça corrobora a evidência de que educação é determinante da desigualdade brasileira, apontando que “O Brasil não é somente um dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade, mas também é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalho.” (BARROS; MENDONÇA, 1995, p. 48). Este mesmo estudo aponta que “[...] se os diferenciais de salários por nível educacional fossem eliminados, tudo o mais permanecendo constante, a desigualdade salarial no Brasil declinaria de 35 a 50%.” (BARROS; MENDONÇA, 1995, p. 48).

Outra característica adquirida, que pode contribuir para a desigualdade é a experiência no mercado de trabalho. Barros e Mendonça dividem esta experiência naquela adquirida ao longo da vida profissional no mercado de trabalho e naquela adquirida dentro da mesma empresa. A primeira conclusão a que eles chegaram é que, somando os dois tipos de experiência, estas podem contribuir em até 15% para a desigualdade salarial brasileira. A segunda conclusão a que chegaram é que a relação entre tempo de experiência e salário “[...] tem a forma de U-invertido, isto é, nos dois casos existem retornos decrescentes e obsolescência.” (BARROS E MENDONÇA, 1995, pp. 45).

c) Alocação do Mercado de Trabalho

Menezes-Filho, Fernandes e Pichetti. (2000) também evidenciam que a alocação da mão-de-obra e o retorno associado ao trabalho realizado por esta mão-de-obra contribui para a desigualdade na distribuição de renda.

O nível e a dispersão salarial de um país numa determinada época irão depender, via de regra, da distribuição das características dos trabalhadores, tais como educação, esforço, experiência, outras habilidades observadas e não-observadas e das taxas de retorno a essas características. Esses retornos irão, por sua vez, depender da distribuição da demanda por tais características. Fatores institucionais, tais como sindicatos e salário mínimo, também podem afetar a estrutura de salários. (MENEZES-FILHO; FERNANDES; PICHETTI; 2000, p. 232).

Segundo Ramos e Vieira (2000), o mercado de trabalho pode atuar como gerador ou revelador de desigualdades. O primeiro caso pode ocorrer devido à segmentação, isto é, com base em critérios subjetivos pode haver a remuneração diferenciada de trabalhadores a princípio com as mesmas características produtivas. A remuneração diferenciada pode ocorrer, também, por fatores discriminatórios, como raça, gênero etc.

O segundo caso relaciona-se à remuneração “[...] por diferenças não-pecuniárias entre os postos de trabalho disponíveis na economia [...] ocupados por trabalhadores com igual potencial produtivo.” (RAMOS; VIEIRA, 2000, p. 161). Também pode estar relacionado às diferenças salariais “[...] provenientes da heterogeneidade dos trabalhadores no que se refere aos seus atributos produtivos, entre os quais vale destacar educação e experiência.” (RAMOS; VIEIRA, 2000, p. 161).

d) Alocação do Mercado de Capital

O mercado de capital pode “[...] determinar a inserção do indivíduo em diferentes ocupações produtivas [...]” (FERREIRA, 2000, p. 136). Imperfeições nesse mercado podem fazer com que ele atue como um gerador de desigualdade, ao dar causa a uma alocação ineficiente das pessoas nas diversas ocupações produtivas.

Por outro lado, o mercado de capital pode afetar o bem-estar de um indivíduo ao longo do seu ciclo de vida. Em um ciclo de vida normal, nos anos iniciais da vida produtiva de um trabalhador, ele é um tomador de recursos. Conforme o indivíduo vai ganhando experiência e ascendendo aos níveis de educação, sua renda aumenta, tornando-se um poupador. Mas, para que isso ocorra, é necessário que todos os indivíduos tenham acesso ao mercado de capitais, pois “Na ausência de um mercado de crédito, o bem-estar de um trabalhador vai depender apenas da sua renda corrente e, portanto, todo tipo de desigualdade salarial corrente terá efeito sobre a desigualdade de bem-estar.” (BARROS; MENDONÇA, 1995, p.41).

e) Fatores Demográficos

Este último fator determinante da desigualdade está relacionado à “[...] decisões de formação de domicílio, de fertilidade, de coabitação ou separação.” (FERREIRA, 2000, p. 136).

A relação entre fertilidade e desigualdade é demonstrada por Ahituv e Moav (2003) e tem a seguinte dinâmica: “[...] fertilidade e educação têm uma forte correlação negativa entre os países, e educação tem uma forte correlação positiva com renda *per capita*.” (p. 61), ou seja, taxas altas de fertilidade estão negativamente correlacionadas à renda. Desta forma, famílias com taxas altas de fertilidade têm mais probabilidade de ter uma renda *per capita* menor, enquanto famílias com fertilidade baixa têm probabilidade de ter um rendimento individual maior. Porque, um indivíduo que adquiriu

ao longo de sua vida uma boa educação no momento de determinar o número de filhos que terá, com certeza levará em consideração as suas condições econômicas e sociais. Isto permitirá à sua prole ter melhores condições de adquirir, principalmente, educação e saúde e, por conseguinte, melhor padrão de vida no futuro.

Por outro lado, famílias com baixo grau de escolaridade terão menos condições de decidir sobre o *trade-off* entre quantidade de filhos e condições futuras de vida dos seus filhos. Além do que, mães com baixo grau de escolaridade terão menos condições de ter uma boa gestação, influenciando nas características natas como a inteligência. Provavelmente indivíduos oriundos de famílias com estas condições terão mais dificuldades em alcançar um nível adequado de renda e de bem-estar. Isso tenderá a uma perpetuação ou até mesmo um aumento da desigualdade decorrente de fatores demográficos.

Para concluir esta primeira parte que trata da desigualdade, vale destacar que segundo Ferreira (2000), o Brasil encontra-se num equilíbrio de Pareto inferior, caracterizado por um círculo vicioso, cuja dinâmica é: “Uma grande heterogeneidade educacional gera uma grande desigualdade de riqueza, que se transforma em grandes diferenças de poder político, que por sua vez geram uma política educacional que perpetua a desigualdade educacional inicial.” (FERREIRA, 2000, p. 144).

2.2 POLARIZAÇÃO

Recentemente, além da preocupação existente sobre desigualdade, surgiu também a preocupação com o desaparecimento da classe média, ou em termos técnicos a polarização da economia. A polarização parece estar associada com a desigualdade. No entanto, como será visto no decorrer desta seção, ambos são conceitos distintos.

A relevância do tema surgiu quando Bob Kuttner publicou, em julho de 1983, na revista *Atlantic Monthly*, o artigo intitulado “*The Declining Middle*”. Em seguida novos artigos foram escritos em 1984 por Lester Thurow e em 1985 por Mckinley L. Blackburn e David Bloom, denominados, respectivamente, “*It’s not just demographics – The Dissapearance of the Middle Class*” e “*What is happening the Middle Class?*”

A preocupação dos três trabalhos era basicamente a mesma: entender o processo de mudanças que estavam ocorrendo nos Estados Unidos com o acelerado processo de uma nova revolução industrial que foi introduzida pelo desenvolvimento da microeletrônica e da informática e de mudanças sociais que estavam ocorrendo, como o *baby boom* e entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo esses autores, o tema desaparecimento da classe média é relevante pois este segmento social é responsável pela estabilidade da harmonia da social, conforme afirma Bob Kuttner (1983) “[...] a classe média é necessária para consumir os produtos; e para todos é ela quem concerne sobre a justiça e a harmonia social [...]”.

Thurow (1984, p. F3) corrobora Kuttner dizendo que, “[...] uma classe média saudável é necessária para ter uma democracia política saudável [...]”. No entanto, ele torna mais explícito o medo existente na época quando parafraseia Karl Marx afirmando que, “[...], a existência desta situação bipolar, [...], o pobre pode se revoltar, destruir o rico, e estabelecer o comunismo.” (p. F3)

Para demonstrar que essa preocupação ainda persiste vale ressaltar Esteban (2002, p. 2) apontando que, “[...]quebrando a sociedade em ‘duas nações’ pode-se direcionar para um conflito social a níveis desconhecidos na Europa desde 1945.”

A análise sobre o tema de polarização evoluiu e um dos principais estudiosos do assunto na atualidade é Michael Wolfson que tem publicado diversos estudos. Os dois principais são “*When Inequalities Diverge*” e “*Divergent Inequalities – Theory and Empirical Results*”.

Pode-se ressaltar, também, os trabalhos desenvolvidos por Jean-Yves Duclos, Joan Esteban e Debraj Ray, no qual um dos principais trabalhos é *“Polarization: Concepts, Measurement, Estimation”*.

Os trabalhos desenvolvidos sobre o tema atualmente têm se focado principalmente em distinguir o conceito de polarização do conceito de desigualdade, conforme será visto a seguir.

Sendo assim, esta seção estará estruturada em três partes. A primeira versará sobre o conceito e noções de polarização. A seguir será tratado sobre os fatores que contribuem para uma menor ou maior medida de polarização. Para concluir, serão abordados resultados de estudos realizados sobre polarização em países como Canadá, Estados Unidos, Espanha, Uruguai e Austrália.

2.2.1 Diferenciação Entre o Conceito de Polarização e o Conceito de Desigualdade

Polarização preocupa-se em medir o movimento da sociedade para fora do meio da distribuição, ou seja, “[...] uma distribuição mais polarizada é aquela que é mais distante do meio. Em adição, isto é no sentido que o distanciamento do meio está também associado com a tendência da bi-modalidade.” (WOLFSON, 1997, p. 1). Bi-modalidade significa que uma parte da população é pobre, a outra é rica e apenas uma parte pequena fica no meio.

Sendo assim, as medidas de polarização e desigualdade não necessariamente precisam convergir, ou seja, uma sociedade pode estar reduzindo desigualdade, no entanto pode estar aumentando a polarização entre os seus membros. “A prova formal surge simplesmente do fato de que a distribuição bimodal pode ser derivada de uma

distribuição uniforme [...]” (WOLFSON, 1994, p. 353). Para visualizar melhor a diferença entre polarização e desigualdade Wolfson (1994) sugere a seguinte figura:

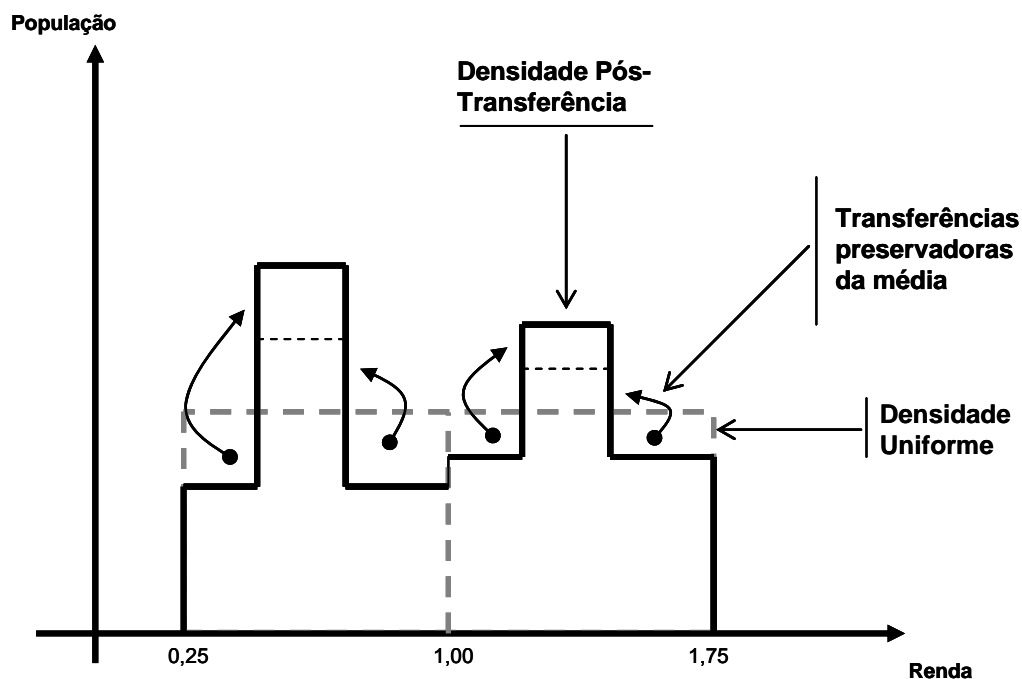


Figura 2 - Polarização e Desigualdade

Fonte: WOLFSON, 1994, p. 355

A Figura 2 exemplifica que uma densidade bimodal (linha escura) pode ser construída através de uma densidade uniformemente distribuída (linha tracejada clara). Isto é, uma distribuição de renda igual pode ser transformada em uma densidade bipolarizada, mas sem a desigualdade aumentar. Ou como afirma Wolfson (1994, p. 354) “[...] pela construção, a distribuição bimodal é ao mesmo tempo mais polarizada e mais igual do que uma distribuição uniforme da qual ela é derivada.”

Enfim, o conceito de polarização está diretamente correlacionado ao estudo do desaparecimento da classe média. Entretanto, é importante conhecer quais os fatores que podem contribuir para o surgimento de uma densidade bimodal dentro de uma sociedade. Estes serão vistos a seguir.

2.2.2 Fatores que Contribuem para o Aumento ou Diminuição da Polarização

As causas apontadas como responsáveis pelo processo de polarização, nos primeiros trabalhos sobre o tema no início da década de 80 do século XX, eram basicamente as mesmas. Blackburn e Bloom (1985), baseados em dados dos Estados Unidos, resume-as em cinco fatores: o ciclo de negócios, as mudanças na composição familiar, o crescimento de famílias com duas pessoas com renda, a mudança da estrutura da economia industrial e mudanças na composição da idade da população. Vejamos cada um desses fatores.

a) O Ciclo de Negócios

Todas as economias sofrem ciclos, alternando entre períodos de crescimento e períodos de recessão. Existe a tendência de, no momento de recessão, os trabalhadores menos capacitados, ou seja, com uma formação menos qualificada, perderem os seus empregos. Enquanto que os trabalhadores qualificados tendem a ser mantidos, visto que é mais difícil para as empresas obterem este tipo de profissional no mercado de trabalho.

Ainda no momento de recessão há a tendência da formação daquilo que os utilitaristas chamam de exército industrial de reserva, caracterizado por trabalhadores desqualificados. Como consequência há uma pressão por parte dos empregadores por uma redução dos salários, tendo em vista o excesso de oferta de mão-de-obra. Kuttner corrobora afirmando que “[...] taxas altas de desemprego [...] tendem a pressionar para baixo os salários, [...], visto que os trabalhadores inaptos competem seus empregos com os desempregados que estão dispostos a trabalhar com salários menores.” (KUTTNER, 1983). Por outro lado, há, também, uma pressão pela redução dos salários dos trabalhadores mais qualificados, entretanto esta pressão é menor por estes serem escasso no mercado de trabalho.

No momento de expansão da economia, os salários para os trabalhadores mais habilidosos tende a aumentar de forma mais rápida do que para os trabalhadores menos habilidosos, criando assim na sociedade a polarização entre os dois grupos de trabalhadores.

b) As Mudanças na Composição Familiar

A composição das famílias tem sofrido constantes mutações nos anos recentes. Estas mudanças são reflexos dos padrões das sociedades e têm impactado no desaparecimento da classe média. Como exemplos, podem ser citados “o crescimento no número de famílias contendo trabalhadores jovens com salários menores ou mulheres idosas com baixa renda [...]” (BLACKBURN; BLOOM, 1985, p. 24).

Thurow (1984, p. F3) captou ainda um outro comportamento da sociedade que impacta na polarização, que é o “[...] crescimento das mulheres chefes de famílias, as quais estão relacionadas a famílias de rendimentos baixos.”

As mudanças das composições das famílias, evidenciadas principalmente pela formação de lares compostos por pessoas jovens ou chefiadas por mulheres, contribuem para a polarização, pois estas geralmente englobam trabalhadores de baixa qualificação e, por conseguinte com baixa remuneração. Como reforça Blackburn e Bloom (1985, p. 24) “[...] estas mudanças contribuem para o crescimento das classes inferiores.”

c) O Crescimento de Famílias com Duas Pessoas com Renda

Outra mudança proporcionada pela evolução das famílias e da sociedade é a existência das famílias com duas pessoas trabalhando e auferindo renda. A entrada das mulheres dessas famílias no mercado de trabalho permitiu que essas famílias mudassem para um patamar superior de renda. Blackburn e Bloom (1985, p. 24) evidenciaram isto afirmando que, “[...] como as mulheres foram ao trabalho elas aumentaram a renda de suas famílias da classe média para classe alta.”

Tem ocorrido ao longo do tempo o crescimento das famílias compostas por duas pessoas que trabalham e recebem remuneração e isto tem sido um importante determinante da classe na qual uma família se encontra. Essa importância do segundo membro remunerado em uma família é “[...] provavelmente devido ao aumento do nível educacional e das realizações no trabalho do segundo trabalhador.” (BLACKBURN; BLOOM, 1985, p. 24).

Entretanto esse fato não é verdadeiro para todas as famílias, pois como Blackburn e Bloom (1985, p. 24) afirmam “[...] o trabalho da mulher tem pouca influência nas rendas de suas famílias. Isto é porque provavelmente as mulheres contribuem menos para a renda familiar do que os homens [...]”.

d) A Mudança Estrutural da Economia Industrial

Argumenta-se que, com a introdução da informática no processo produtivo, os empregos viraram rotina e não precisam de um alto grau de especialização. Logo, é mais fácil treinar a mão-de-obra e, por conseguinte, é mais fácil obter trabalhadores, o que aumenta o poder de barganha dos empresários e “achata” o salário dos trabalhadores. E, por outro lado, há necessidade de novos trabalhadores com maior escolaridade e especializados para desenvolver os novos sistemas e interpretar os dados que eles geram. Conseqüentemente, por serem mais especializados devem ser melhor pagos. Esse processo gera um distanciamento entre os produtores especializados e os não-especializados. Para superar isto “[...] de acordo com os teóricos do capital humano, o caminho óbvio para melhorar os empregos é melhorando a qualificação da força de trabalho.” (KUTTNER, 1983).

Blackburn e Bloom (1985, p. 23) salientam que, “[...] educação está diretamente correlacionado com a classe econômica [...]”, onde pessoas com melhores níveis educacionais recebem salários superiores.

Um outro fator que contribui para pressionar os salários é a entrada dos indivíduos decorrentes de uma expansão populacional evidenciada nos anos 60 e 70, denominado *baby boom*. Este acontecimento é tido como um dos causadores da polarização porque os jovens têm saído cada vez mais cedo de casa e, como ainda não têm a especialização necessária, realizam trabalhos que exigem menos habilidades, recebendo salários menores.

Por outro lado, as mulheres por terem os mesmos problemas dos jovens, ou seja, de não terem muitas vezes a especialização necessária, recebem salários menores e também se aponta o fato da discriminação do mercado de trabalho, onde as mulheres recebem salários menores que os homens. Sobre este aspecto Kuttner lembra que

[...] alguns economistas acreditam que mudanças demográficas são responsáveis pela polarização da força de trabalho, e que as mudanças demográficas eventualmente restaurarão o equilíbrio. Nesta visão, a explicação para ambos, a depressão dos rendimentos médios e do alargamento da diferença entre os altos e baixos salário é o desproporcionado número de jovens e mulheres que entraram na força de trabalho. (KUTTNER, 1983).

e) Mudanças na Composição da Idade da População

Como citado no tópico anterior, os Estados Unidos no pós-guerra tiveram um período de crescimento populacional, denominado *baby-boom*. Quando os primeiros estudos sobre polarização foram realizados era recente o impacto desse efeito no mercado de trabalho. Os argumentos utilizados para classificar a mudança da composição da idade como um dos responsáveis pelo desaparecimento da classe média, é de que estes tinham pouca experiência e habilidade e, conseqüentemente, salários inferiores. Blackburn e Bloom (1985, p. 22) concluem que o “[...] declínio no salário médio do membro principal das classes inferiores é o resultado da formação de famílias pelos *baby boomers*, dos quais muitos com rendas baixas por que eles só entraram recentemente na força de trabalho.”

Para concluir, “[...] um grande número de trabalhadores jovens estão formando famílias, e seus baixos salários os classificam nas classes inferiores.” (BLACKBURN; BLOOM, 1985, p. 24).

De forma sucinta foram expostos os cinco fatores que são considerados os responsáveis pelo desaparecimento da classe média, ou polarização. A seguir serão apresentados alguns estudos que procuraram analisar o efeito desses fatores em alguns países.

2.2.3 Evidências Empíricas

A parte final do segundo capítulo abordará a experiência internacional sobre o tema polarização. Para tanto, serão apresentados trabalhos desenvolvidos sobre as experiências nos Estados Unidos, Canadá, Espanha, Austrália, Uruguai e México.

Vale ressaltar que, com exceção dos Estados Unidos e Canadá, que já possuem uma literatura mais avançada sobre o tema polarização, os demais países ainda possuem análises incipientes, mas é importante analisá-las para entender a dinâmica do tema nesses países.

a) Estados Unidos

Os primeiros estudos sobre polarização originaram-se nos Estados Unidos, dentre esse vale destacar os trabalhos desenvolvidos por Bob Kuttner em julho de 1983, intitulado *“The Declining Middle”*. No ano seguinte Lester Thurow apresentou o artigo *“The Disappearance of The Middle Class”* e por fim, em 1985, Mckinley Blackburn e David Bloom escreveram o artigo *“What is Happening to the Middle Class?”*.

Os três analisaram a polarização, no entanto cada um apresentou um enfoque diferente para definir a classe média. Por exemplo, Thurow estabeleceu que famílias de classe média fossem aquelas que ganhavam entre 75% e 150% da mediana da renda das famílias, e Blackburn e Bloom estabeleceram o critério de 60% e 225% da mediana da renda das famílias.

Essa mudança observada no mercado de trabalho estimulou os pesquisadores a estudarem o que estaria acontecendo com a classe média americana, focando-se principalmente entre as décadas de 60 e 80 do século passado.

O ponto de partida da análise sobre polarização surgiu da observação de que “[...] a oportunidade de empregos nos Estados Unidos estava polarizando, e que, como um resultado, o futuro da classe média da sociedade está em perigo.” (KUTTNER, 1983).

Sob esta perspectiva, Thurow, em 1984, concluiu que a classe média está declinando e enfatiza que “a tendência não é reversível. A classe média americana está desaparecendo”. Os dados apresentados por ele apontam que entre 1967 e 1982 a participação daqueles que ganham menos do que 75% da mediana da renda aumentou de 35,5% para 36,7%, enquanto aqueles que tem renda superior a 150% da mediana passou de 36,3% para 38,7%, logo a classe média diminuiu.

No ano seguinte Blackburn e Bloom chegaram à mesma conclusão, ou seja, a classe média está desaparecendo. O artigo *“What is Happening to the Middle Class?”* destaca que a participação da classe média caiu de 23,6% em 1969 para 22,0% em 1983 e que os rendimentos médios caíram de \$20.457 para \$18.426, refletindo basicamente a redução do tamanho das famílias.

A conclusão final de Blackburn e Bloom, contrariando Thurow, é de que naquela época havia pouca evidência de que a classe média continuaria encolhendo, pois, as taxas de desemprego estavam caindo e esperava-se que a tendência continuasse declinante. (BLACKBURN; BLOOM, 1985, p. 25).

Um artigo recente desenvolvido por Michael Wolfson e Brian Murphy, demonstra que a conclusão de Blackburn e Bloom estava correta. Eles analisaram a tendência da polarização nos Estados Unidos, entre 1985 e 1995, e evidenciaram que aquele país tem “[...] experimentado o oposto do desaparecimento da classe média na distribuição dos salários [...]” (WOLFSON; MURPHY, 1998, p. 4).

b) Canadá

Wolfson tem focado sua análise sobre a desigualdade principalmente nos Estados Unidos e no Canadá. Entre 1994 e 1998 ele realizou diversos estudos analisando a polarização no Canadá destacando-se principalmente *“Divergent Inequalities: theory and empirical results”* e *“When inequalities diverge”*.

Diferentemente dos estudos realizados nos Estados Unidos, Wolfson não classificou a classe média como uma faixa de renda. Para mensurar a polarização utilizou um índice desenvolvido por ele, baseado na curva de Lorenz e seguindo os mesmos princípios do coeficiente de Gini. O índice de Wolfson será analisado mais detalhadamente no capítulo 3.

Nos estudos realizados, ele chegou a conclusão de que entre 1973 e 1986 a polarização canadense aumentou, ou como ele destaca “[...] de 1973 para 1981, entretanto, todas as medidas de desigualdade consistentes com a curva de Lorenz diminuíram ou permaneceram constantes, enquanto as medidas de polarização aumentaram.” (WOLFSON, 1997, p.358).

Em 1998 Wolfson e Murphy analisaram a polarização do Canadá entre 1985 e 1995 e descobriram que neste período a polarização diminuiu. “Surpreendentemente a polarização parece ter caído no Canadá e nos Estados Unidos entre 1985 -1995, após aumentar em ambos países durante 1974 e 1985 [...]” (WOLFSON; MURPHY, 1998, p. 9).

c) Austrália

Denise Doiron e William Schworm publicaram em 2005 o trabalho intitulado *“Polarization in the Distributions of Earnings and Income in Australia”*. Um dos objetivos do trabalho era medir a polarização ou desaparecimento da classe média nas duas últimas décadas do século XX na Austrália.

Ao longo do trabalho chegou-se a conclusão de que a polarização aumentou no período analisado. A justificativa para o aumento da polarização foi a mudança para cima do patamar da renda da metade superior da população, evidenciada principalmente na década de 80, mas também ocorreu ao longo da última década do século XX. Entretanto, mudanças na década de 90 na metade inferior da população contribuíram para amenizar o aumento da polarização, mas não foram suficientes para anular o efeito observado anteriormente.

Eles procuraram analisar a polarização sobre outro enfoque decompondo a renda em salários, lucros e transferências. Sob este ponto de vista chegou-se à conclusão de que “[...]lucros e salários contribuíram para a polarização nos anos 90, enquanto lucros e uma menor participação das transferências contribuíram para a polarização nos anos 80.” (DORION E SCHOWRM, 2005, p. 1).

Segundo o artigo, os salários contribuem substancialmente para a polarização, devido principalmente às mudanças na distribuição dos empregos, consequência de um aumento da proporção de trabalhadores sem experiência. Outro fator que contribuiu para o aumento da polarização foi a redução de transferências.

d) Uruguai

O Uruguai presenciou nos anos 90 do século passado uma série de transformações sociais e no mercado de trabalho que estão impactando na polarização da renda. Pode-se destacar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as reformas do Estado reduzindo o funcionalismo público e a descentralização das negociações salariais. Soma-se a esses fatores ainda a entrada do país no Mercado Comum do Sul (Mercosul), o que tornou a economia uruguaia mais aberta e influenciada pela concorrência internacional.

O estudo realizado por Gradin e Rossi procurou medir o impacto dessas transformações na polarização da renda do Uruguai. A economia uruguaia é caracterizada por um baixo nível de desigualdade na distribuição de renda e tem se mantido estável. Como os autores destacam, “[...] a distribuição de renda do Uruguai em comparação com a América do Sul tem se caracterizado por níveis baixos de desigualdade [...]” (GRADIN; ROSSI, 1999, p.9).

Todavia, a estabilidade observada na distribuição de renda não é refletida na polarização dos rendimentos dos trabalhadores. Como os pesquisadores destacam, há “[...] um forte crescimento da bipolarização especialmente na capital, embora, também no interior, porém em menor medida [...]” (GRADIN; ROSSI, 1999, p.14).

As mudanças citadas anteriormente afetaram diretamente o mercado de trabalho e uma melhor qualificação dos profissionais foi exigida. Desta forma, Gradin e Rossi salientam que o mercado começou a oferecer uma remuneração superior àqueles profissionais melhores qualificados e com maior experiência. Além disso, há ainda a diferença de salários entre os setores, os ramos de atividade mais dinâmicos começaram a pagar salários melhores para seus trabalhadores do que os setores menos dinâmicos. Eles analisaram também a segmentação por sexo do mercado de

trabalho e concluíram que “[...] as diferenças por sexo são as que menos contribuem para este processo [...]” (GRADIN; ROSSI, 1999, p.24).

e) México

O México passou, na década de 80 e 90 do século XX, por mudanças estruturais semelhantes às vividas pelo Uruguai, as quais são: privatizações, abertura comercial e descentralização dos gastos fiscais. Ao contrário do processo ocorrido no Uruguai, o México em 1994 teve uma forte crise econômica que fez o PIB cair 6,5% e a inflação chegar ao patamar de 52% ao ano em 1995. No entanto, a recuperação foi relativamente rápida.

Diante deste contexto, Andalón Mabel e Luis López-Calva analisaram a polarização na área urbana do México nos últimos dez anos do século XX e observaram que, “Pegando,..., diferentes medidas de polarização, todas elas mostram um aumento em polarização quando se distingue dois grupos: região sudeste contra o resto do país.” (MABEL; LÓPEZ-CALVA, 2002, p. 16).

A justificativa para o aumento da polarização é similar a do Uruguai. Ou seja, a abertura comercial exigiu das empresas uma melhor qualificação e como consequência profissionais melhores qualificados começaram a ser melhor remunerados. Como enfatizam os autores, “[...] o prêmio pela habilidade cresceu no México depois da liberalização comercial, causando um aumento nas desigualdades salariais durante os anos 90 [...]” (MABEL; LÓPEZ-CALVA, 2002, p. 3).

f) Espanha

A polarização na Espanha foi analisada por Carlos Gradín no período entre 1973 e 1991. Esse período foi de ajuste da economia espanhola, onde ela passou de um regime político ditatorial para um regime democrático nos mesmos moldes da Europa Ocidental, observando-se, também, uma convergência parcial das políticas de bem-estar social.

Gradin observou que neste período a polarização de gastos e de renda diminuíram substancialmente, decorrente do estreitamento das diferenças entre os extremos de renda da economia. “A razão média de gastos entre ricos e pobres declinaram de 4,65% em 1973 para 3,79% em 1991 e de 4,50% para 3,64% no caso da renda durante o mesmo período” (GRADIN, 2003, p. 42). Segundo a análise, “[...] a noção de classe média em termos de um intervalo de rendas tendeu a ser estreitado [...]” (GRADIN, 2003, p. 44).

O estreitamento do intervalo entre as rendas e conseqüentemente a redução da polarização é em grande parte explicada pela construção de políticas de bem-estar social, o que proporcionou um aumento dos empregos públicos e um aumento dos gastos do governo, gerando externalidades positivas na economia e permitindo o movimento dos indivíduos de uma situação pior com renda baixa para uma situação melhor, com uma renda maior.

A educação atuou no sentido contrário ao estado do bem-estar, ou seja, ela contribuiu para o aumento das desigualdades de rendimentos entre trabalhadores. Analogamente aos países analisados anteriormente, o mercado de trabalho na Espanha remunerou profissionais melhores capacitados, entretanto o aumento a disparidade causada por esta distinção entre profissionais mais e menos qualificados

não foi suficiente para superar o aumento de empregos públicos e remuneração gerada por estes. Desta forma, o resultado final, como já destacado, foi a redução da polarização.

Como pode ser observado através dos países analisados, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, devido ao fortalecimento das trocas comerciais entre os países, têm sido uma característica importante para o desaparecimento da classe média em alguns países. A globalização, processo ocorrido na economia mundial a partir da década de 90 do século passado, tem exigido que as empresas sejam mais competitivas e para isso é necessário que elas possuam profissionais melhores qualificados. Soma-se a esse fator a informatização e isto tem provocado uma diminuição nos postos de trabalho, principalmente aqueles que exigem uma qualificação maior e conseqüentemente uma remuneração melhor. Desta forma, essas mudanças têm exigido uma alteração na qualificação dos profissionais. Neste contexto a educação ganha destaque como agente de promoção da polarização, pois profissionais melhores qualificados recebem remuneração maior. Além desses fatores, deve-se salientar as alterações ocorridas no âmbito familiar com duas pessoas assalariadas no mesmo lar e o aumento de mulheres responsáveis pela família. Logo, conforme apontado nos estudos de alguns países, esses têm sido os fatores determinantes para fortalecer ou enfraquecer o processo de polarização.

3 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: FORMAS DE MENSURAÇÃO

No segundo capítulo, fez-se uma revisão da literatura conceitual sobre a desigualdade e a polarização. Percebeu-se que apesar de serem similares, ambos os conceitos são distintos e podem ter comportamentos diferenciados, ou seja, enquanto aumenta a desigualdade, a polarização pode diminuir e o inverso também é verdadeiro.

Neste terceiro capítulo, o objetivo é apresentar os métodos de mensuração das medidas de desigualdade e polarização. Existem diversas formas de se mensurar tanto a desigualdade quanto a polarização. Entretanto, o foco do presente trabalho não é fazer uma discussão sobre a melhor forma de se mensurar tais medidas. O objetivo central do presente trabalho é medir o desaparecimento da classe média e comparar com a evolução da desigualdade.

Para alcançá-lo, optou-se por utilizar para medir a desigualdade, o coeficiente de Gini, medida amplamente utilizada para tal fim, e para mensurar a polarização será utilizado o Índice Wolfson, que apresenta um método de mensurar a polarização de forma análoga ao coeficiente de Gini para a desigualdade.

Para apresentar estes dois índices, o capítulo 3 estará estruturado da seguinte forma: na primeira parte serão abordados quatro critérios necessários para medir a desigualdade. Em seguida apresentar-se-á a curva de Lorenz. Na terceira parte se definirá o coeficiente de Gini e, por fim, será discutido como mensurar a polarização através do Índice de Wolfson.

3.1 AXIOMAS PARA MENSURAR DESIGUALDADE

Todas as medidas de mensuração, sejam elas de pobreza, desigualdade, ou outra qualquer, precisam ter critérios, que garantam a qualidade da medida e a coerência do resultado alcançado. Neste sentido, Debraj Ray (1998) e Gary Fields (2001) apresentam quatro propriedades ou axiomas necessários para uma boa medida de desigualdade. São eles: anonimidade, independência de escala, independência populacional e princípio de transferência.

a) Anonimidade

Este axioma parte do princípio ético de que não há relevância no nome da pessoa que está auferindo determinada renda, ou seja, parte-se do princípio de que para analisar a desigualdade é “[...] suficiente olhar somente para a quantidade de renda recebida sem prestar atenção para os nomes dos indivíduos particulares [...]” (FIELDS, 2001, p. 14).

Logo, dado um indivíduo A que recebe a renda X e o indivíduo B que recebe a renda Y, se ambos permutarem suas rendas, para uma medida desejável de desigualdade isto não pode ser relevante. Como enfatiza Ray (1998), “[...] permutações de renda entre pessoas não pode importar para a análise da desigualdade [...]” (p. 175).

De maneira mais formal: se A é obtido através de uma permutação de B, logo, A é tão desigual quanto B.

b) Independência de Escala

Este axioma é formalmente conhecido como homogeneidade de renda e destaca a importância de se mensurar a desigualdade através da renda relativa. Fields destaca que há três razões para se escolher a renda relativa e não a renda absoluta.

Uma razão é conceitual. Quando se olha para duas distribuições, uma pode parecer mais desigual do que a outra, mas isso dar-ser-á conforme os critérios de quem está analisando a desigualdade. As outras duas razões são de ordem prática. A primeira delas é quando se olha a desigualdade através da renda absoluta. Pode-se concluir que quando houver “[...] crescimento sempre aumentará a desigualdade de renda e quando houver recessão econômica sempre diminuirá a desigualdade [...]” (FIELDS, 2001, p. 16). A outra razão é quando se olha a renda real, em períodos de crescimento a distância entre ricos e pobres aumenta e no período de recessão ocorre o inverso.

Desta forma, quando se olha a desigualdade sobre o prisma da renda relativa não há relevância quanto cada indivíduo ganha, mas quanto relativamente aos demais indivíduos ele contribui para a renda total. Enfim, de maneira mais formal “[...] se, uma distribuição é resultante de uma outra, por meio de um escalonamento de todas as rendas superiores e inferiores pelo mesmo percentual, então desigualdade não deve ser diferente entre as duas distribuições [...]” (RAY, 1998, p. 176)

c) Independência Populacional

Este axioma trata das propriedades que uma medida de desigualdade deve ter para que seja possível a comparação de populações de diferentes tamanhos. Dada, uma distribuição Y:

$$Y = (1, 3, 6, 9)$$

Se esta população for clonada, obtendo-se a seguinte distribuição X:

$$X = (1, 1, 3, 3, 6, 6, 9, 9)$$

A medida de desigualdade não pode se alterar, ou seja, se X é obtido de Y pela replicação de cada renda um número integral de vezes, então X é tão desigual quanto Y. (FIELDS, 2001, p. 17).

d) Princípio da Transferência

Ele está baseado nos trabalhos de Pigou (1912) e Dalton (1920) que afirmam que se uma pessoa relativamente mais rica transferir uma parte de sua renda para uma pessoa mais pobre, sem alterar a posição de cada uma, a sociedade será menos desigual. Essa transferência de renda é denominada “transferência regressiva”.

Para visualizar este princípio imagine uma população com a seguinte distribuição de renda:

$$Y = (1, 3, 6, 9)$$

E o indivíduo mais rico transfere uma unidade de renda para o mais pobre (transferência regressiva), obtendo-se uma nova distribuição;

$$X = (2, 3, 6, 8)$$

Desta forma a distribuição X tornou-se mais igual do que a primeira. E uma boa medida de desigualdade deve ser capaz de captar este movimento na distribuição de renda.

Estes quatro critérios apresentados possuem propriedades desejáveis para uma boa medida de desigualdade. Em 1905 Lorenz desenvolveu uma forma gráfica de comparar a desigualdade atendendo a estes quatro critérios. Esta será vista a seguir.

3.2 CURVA DE LORENZ

A curva de Lorenz é importante, pois ela é de fácil compreensão e atende as quatro propriedades de uma boa medida de desigualdade. No entanto, existe um caso específico, que será visto ao longo do trabalho, no qual a curva de Lorenz não pode ser utilizada para comparar a distribuição de renda entre dois momentos distintos ou entre duas regiões.

A curva de Lorenz é uma forma gráfica de se visualizar a distribuição de renda, onde no eixo horizontal tem-se a população acumulada percentualmente e no eixo vertical a renda acumulada em forma percentual. Para obter-se a curva de Lorenz propriamente dita, deve-se plotar no gráfico a participação da renda a qual uma determinada população está relacionada fazendo-se isso a partir dos níveis mais pobres até os níveis mais elevados de renda e por fim, faz-se a junção dos pontos. Logo, “[...] a inclinação da curva em qualquer ponto é simplesmente a contribuição do indivíduo naquele ponto para parte da renda nacional acumulada.” (RAY, 1998, p. 180). Na Figura 3 pode-se observar o formato final da curva de Lorenz (linha tracejada).

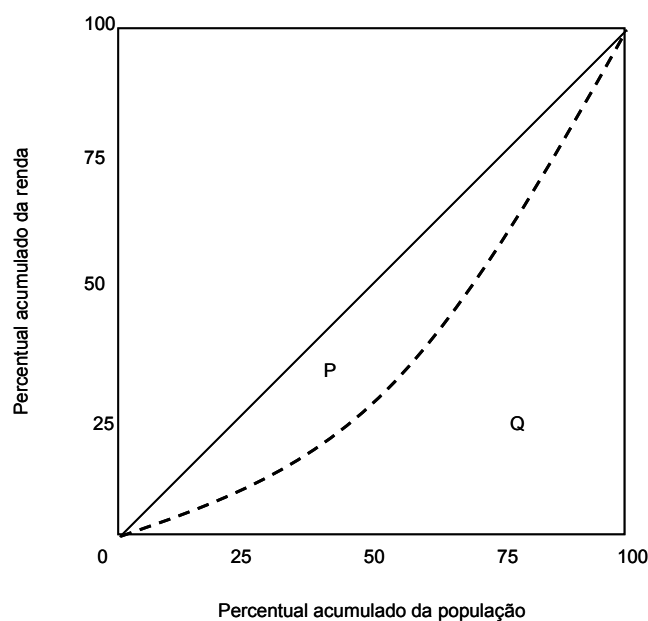


Figura 3 - Curva de Lorenz

Fonte: FIELDS, 2001, p. 19

A linha contínua que cruza o gráfico em 45° , é o caso de uma sociedade perfeitamente igual, ou seja, 10% da população pobre tem 10% da renda, 20% da população tem 20% da renda e assim por diante. A desigualdade é medida através deste gráfico pela distância entre a linha tracejada e a linha de 45° . Quanto mais distante for a linha tracejada, mais desigual será a distribuição de renda. O caso extremo de desigualdade ocorre quando a linha tracejada encosta no eixo vertical e horizontal.

A curva de Lorenz permite comparar a desigualdade entre duas amostras, pois aquela que estiver mais distante do eixo de 45° será a mais desigual. Este critério de comparação é conhecido como “critério Lorenz”. Ray (1998) define o critério Lorenz da seguinte forma: “[...] se a curva de Lorenz de uma distribuição mantiver todos os pontos para a direita de uma curva de Lorenz de uma outra distribuição, a primeira pode ser julgada como sendo mais desigual do que a segunda [...]” (p. 181). A Figura 4 ilustra este caso.

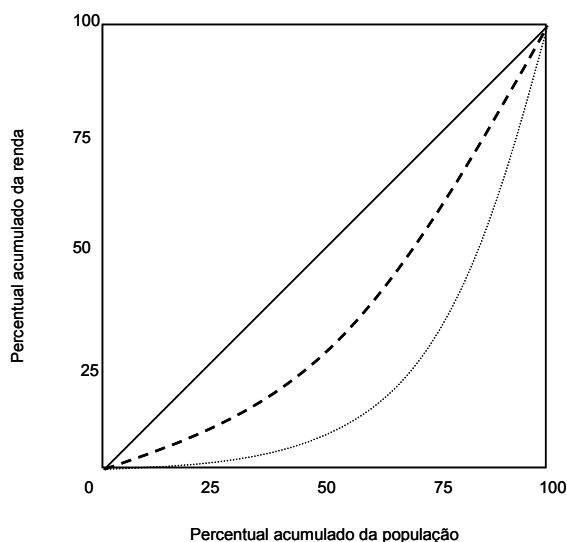


Figura 4 - Comparação entre Curvas de Lorenz

Fonte: FIELDS, 2001, p. 20

Pode haver o caso em que as curvas de Lorenz sejam coincidentes. Quando isto ocorre, diz-se que as duas distribuições são igualmente desiguais. A última situação que pode existir é o cruzamento das curvas, como pode ser visto na Figura 5 na próxima página. A análise deste caso através da curva de Lorenz é inconclusiva, havendo a necessidade de se utilizar outros métodos para afirmar qual distribuição é mais desigual. Isto pode ser feito utilizando, por exemplo, o coeficiente de Gini que será visto no transcórre deste capítulo.

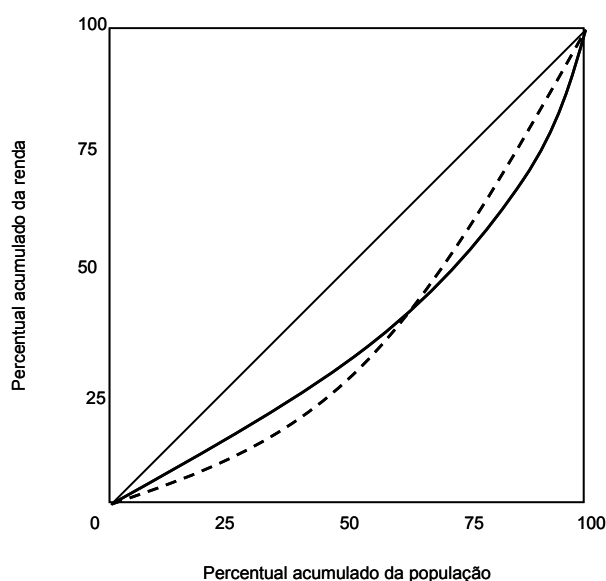


Figura 5 - Curvas de Lorenz Cruzadas

Fonte: FIELDS, 2001, p. 22

Para concluir a análise sobre a curva de Lorenz, percebe-se que ela “[...] incorpora automaticamente os princípios de anonimidade, população e renda relativa, porque a curva oculta todas as informações na magnitude populacional e renda.” (RAY, 1998, p.181), permanecendo somente informações sobre a participação da população e da renda.

A curva também atende ao critério de transferência regressiva, pois transferindo-se renda dos 10% mais ricos para os 10% mais pobres haverá um movimento da curva demonstrando que a distribuição ficou mais igual.

Desta forma, se uma medida de desigualdade atende aos quatro axiomas, automaticamente ela estará sendo consistente com o critério de Lorenz, como evidencia Ray, “[...] uma medida de desigualdade é consistente com o critério Lorenz se e somente se ela é simultaneamente consistente com os princípios da anonimidade, população, renda relativa e Dalton [...]” (RAY, 1998, p. 181).

Dentre as medidas de desigualdade existentes, aquelas que são fortemente consistentes com o critério de Lorenz são: coeficiente de Gini, as duas medidas de Theil (T e L de Theil), o índice de Atkinson e o coeficiente de variação. Como já foi dito anteriormente, o foco do trabalho não é discutir qual dessas medidas é a melhor, portanto no tópico seguinte serão apresentados o coeficiente de Gini e o método de mensurá-lo. Este foi escolhido por ser a mais conhecida das medidas de desigualdade e, principalmente, porque atende aos quatro axiomas de uma boa medida de desigualdade.

3.3 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini é a distância entre a linha de 45° e a curva de Lorenz. Esta distância está identificada com a letra P na Figura 3. Sendo assim, é possível calcular o coeficiente de Gini através da curva de Lorenz da seguinte forma:

$$G \equiv \frac{P}{(P + Q)} \quad (2.1)$$

Onde:

P = distância entre linha de 45° e a curva de Lorenz;

Q = distância entre a curva de Lorenz e os eixos horizontais e verticais.

Além da mensuração do coeficiente de Gini através da curva de Lorenz, há uma outra alternativa com um maior rigor matemático. A fórmula de se calcular está descrita a baixo:

$$G = \frac{1}{2n^2 \mu} \sum_{j=1}^m \sum_{k=1}^m n_j n_k |y_j - y_k| \quad (2.2)$$

Onde:

n = população;

μ = renda média;

y = renda.

A equação 2.2 normaliza o coeficiente de Gini através da divisão pelo quadrado da população, bem como a média da população. A dupla soma significa que primeiro soma-se “todos os k s, mantendo constante cada j , e depois faz a soma de todos os j s” (RAY, 1998, p. 189). E, por fim, como a diferença $|y_j - y_k|$ é calculada duas vezes, divide-se a expressão por dois, já tendo a renda e a população normalizada.

O resultado dessas duas equações será um intervalo entre $[0, 1]$. Quanto mais próximo o resultado for de 1, mais desigual será a distribuição. Por outro lado, quanto mais próximo o resultado for de 0, menos desigual será a distribuição de renda.

Através dessas duas equações apresentadas é possível verificar a consistência do índice de Gini com a curva de Lorenz, conforme segue:

- Anonimidade: este princípio é atendido, pois se houver uma permutação da renda entre indivíduos, a distribuição permanecerá a mesma e, conseqüentemente, o coeficiente de Gini também.
- Homogeneidade da renda: caso a renda de toda a população seja multiplicada por um fator α , a desigualdade não será alterada, logo o coeficiente de Gini também não se alterará.

- Homogeneidade populacional: o índice de Gini atende este princípio porque se a população for clonada, a desigualdade permanecerá a mesma e o coeficiente também.
- Princípio da transferência: o coeficiente de Gini capta o princípio da transferência, pois se um indivíduo relativamente rico transferir renda para um indivíduo relativamente pobre, a diferença entre ambos irá diminuir e o índice de Gini conseguirá medir esta redução da diferença, bem como a curva de Lorenz irá se aproximar da curva de 45°.

Outra propriedade importante do coeficiente de Gini, é que ele pode ser sempre calculado e é possível “[...] ranquear as desigualdades de duas distribuições de renda mesmo quando há o cruzamento da curva de Lorenz [...]” (FIELDS, 2001, p. 33).

Tendo em vista que desigualdade e polarização são processos distintos, baseado na idéia de que o coeficiente de Gini é fortemente consistente com a curva de Lorenz, Wolfson criou um índice de polarização análogo ao coeficiente de Gini e que pode ser medido através da curva de Lorenz, conforme será visto a seguir.

3.4 ÍNDICE DE WOLFSON

Os primeiros trabalhos preocupados em medir a polarização estavam centrados na definição da classe média baseados em um critério de renda. Ver, por exemplo, Thurow que estabeleceu o critério para famílias de classe média como aquelas que a renda situa-se 75% e 150% da mediana da renda das famílias ou Blackburn e Bloom, onde estabeleceram o critério para famílias de classe média como sendo o intervalo entre 60% e 225% da mediana da renda das famílias.

No entanto, de acordo com Wolfson, a análise sobre polarização baseada no critério renda está equivocada. Segundo ele, estudos sobre o desaparecimento da classe média devem alicerçar-se sob a população, como ele afirma a “[...] maior parte das estatísticas utilizaram como ponto de partida para descrever polarização o ‘espaço renda’. Todavia, será mais conveniente para desenvolver a noção formal de polarização, iniciar a análise sob o enfoque ‘espaço populacional [...]’” (WOLFSON, 1997, p. 4).

Outro ponto levantado por Wolfson, é quanto ao rigor científico matemático das análises realizadas por Thurow e Blackburn e Bloom. Segundo ele, essas análises não têm uma parametrização científica e são vulneráveis.

Desta forma, preocupado com o rigorismo matemático, Wolfson desenvolveu um novo índice denominado P para mensurar a polarização. Este índice é obtido através da curva de Lorenz e sua fórmula de cálculo é a seguinte:

$$P = 2 (2T - Gini) / mtan. \quad (2.3)$$

Onde:

T = área do trapézio definido pela linha de 45 graus e a tangente da mediana.

Mtan = Mediana da tangente

De forma similar ao coeficiente de Gini, o índice de polarização varia entre o intervalo [0,1]. Quanto mais próximo do zero (um) é o resultado, menos (mais) polarizada é a população.

A Figura 6 (na página seguinte) apresenta a forma de se calcular a polarização através da curva de Lorenz. No eixo vertical estão as rendas individuais e no eixo horizontal estão os percentis da população. Para chegar à curva de tangente mediana, deve-se mover o eixo horizontal até alcançar o ponto onde a mediana da população

encontra-se com a curva de Lorenz, “[...] este ponto é por definição a renda mediana” (WOLFSON, 1994, p. 355).

Wolfson argumenta que o gráfico “[...] mostra, para qualquer percentil da população ao longo do eixo horizontal, quão distante sua renda está da mediana, ainda dando uma indicação de quão ‘para fora’ do meio (percentil 50) a distribuição de renda é.” (WOLFSON, 1994, p. 355).

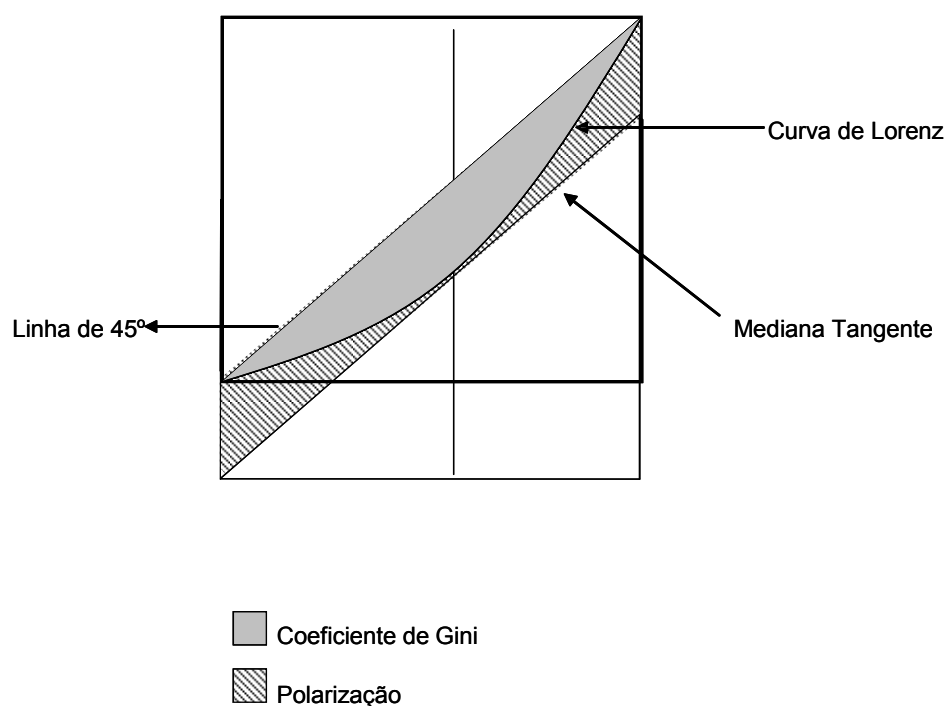


Figura 6 - Uma Nova Medida de Polarização Baseada na Curva de Lorenz

Fonte: Wolfson, 1994, p. 355.

Wolfson desenvolveu também um conjunto de curvas visando facilitar a compreensão sobre a polarização e a comparação sobre o desaparecimento da classe média de duas distribuições.

A primeira curva demonstra “[...] para qualquer percentil da população no eixo horizontal, quão distante está da renda, expressa como uma proporção da mediana.” (WOLFSON, 1997, p.4). Esta curva sinaliza, da mesma forma, que foi observado através da análise da curva de Lorenz, quão para fora da do meio está a distribuição.

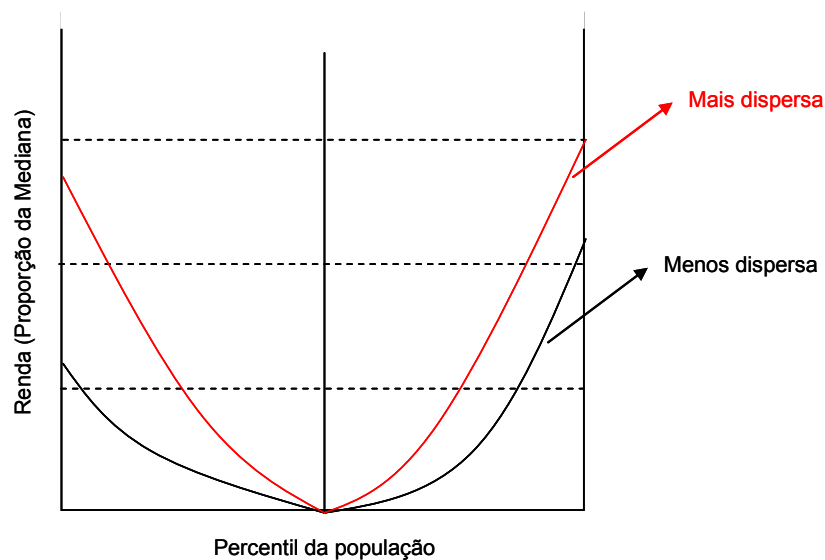


Figura 7 - Primeira Curva de Polarização

Fonte: Wolfson, 1997, p. 4.

Neste caso, quanto menos dispersa da mediana for a distribuição, menor será a curva. Entretanto, o conceito de polarização abrange um outro aspecto que é a bipolarização e este não é capturado através do gráfico ilustrado anteriormente.

A bimodalidade e dispersão do meio são capturadas em um outro gráfico proposto por Wolfson, onde “[...] integrou a curva de dispersão para fora em ambas as direções a partir do meio no eixo horizontal [...] com a ‘dispersão acumulada’ ou curva de polarização [...]” (WOLFSON, 1997, p. 6). Segundo Wolfson, esta curva tem o mesmo papel para a polarização, como a curva de Lorenz tem para os índices de desigualdade.

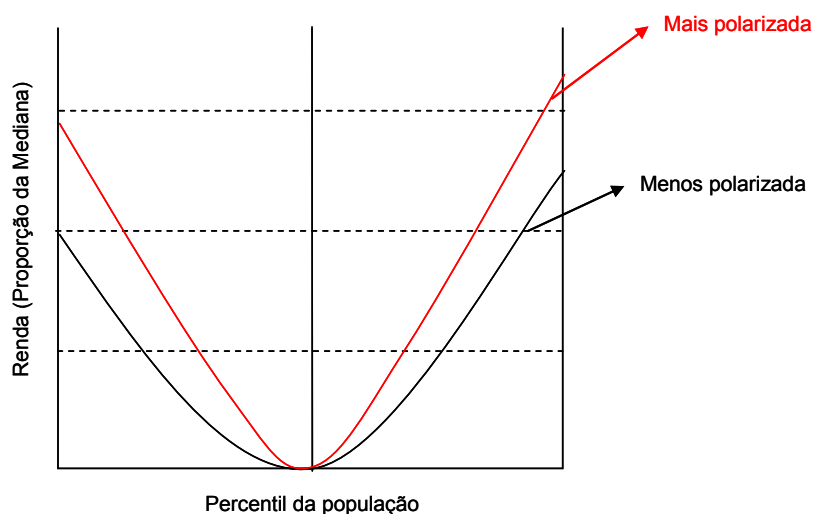


Figura 8 - Segunda Curva de Polarização

Fonte: Wolfson, 1997, p. 6.

Analisando o índice de Wolfson sob o prisma das propriedades de uma boa medida de desigualdade, percebe-se que ele é consistente com a curva de Lorenz:

- Anonimidade: o índice de Wolfson não leva em consideração quem são as pessoas que auferem determinada renda e se houver uma permutação de renda entre indivíduos isto não irá afetar o índice.
- Homogeneidade da renda: caso a renda de toda a população seja duplicada, a polarização não será alterada, logo o índice de Wolfson permanecerá o mesmo.
- Homogeneidade populacional: Caso a população seja replicada, isto não irá impactar no índice de Wolfson e, por conseguinte, este atenderá ao critério de homogeneidade populacional.
- Princípio da transferência: este princípio é atendido, pois se uma pessoa que está acima do percentil 50, transferir renda para uma pessoa abaixo

deste percentil sem alterar a distribuição, a dispersão em relação ao meio irá diminuir e, conseqüentemente, diminuirá o índice de polarização.

Para concluir, Wolfson levanta uma questão referente a qual deve ser a amostra utilizada. O questionamento é se devem ser utilizados apenas chefes de família na amostra ou todas as pessoas em idade economicamente ativa. A conclusão foi a de que deveria ser utilizada toda a pessoa economicamente ativa, tendo em vista que é cada vez maior a participação de mulheres na força de trabalho. (WOLFSON, 1997, p. 14).

Percebeu-se neste capítulo que os índices de Gini e Wolfson são fortemente consistentes com a curva de Lorenz e, desta forma, são bons parâmetros para se medir desigualdade e polarização. Estes indicadores serão medidos no quarto capítulo para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, entre 1987 e 2003, e será discutida qual a tendência observada neste período para ambas as medidas.

4 DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO: RESULTADOS PARA O BRASIL E O RIO GRANDE DO SUL

Nos capítulos iniciais do presente trabalho apresentou-se uma revisão bibliográfica e os métodos de medição dos indicadores de desigualdade e polarização. O objetivo do presente capítulo é comparar os resultados obtidos para o Brasil nesses dois índices com os resultados em nível de Rio Grande do Sul.

A desigualdade é um tema recorrente nos estudos sociais realizados no Brasil e há convergência nas opiniões de que o país tem um dos piores índices mundiais de desigualdade de renda.

Quanto à polarização ou desaparecimento da classe média a preocupação é mais recente. Análises focadas neste segmento da sociedade brasileira surgiram devido às crises econômicas entre as décadas de 80 e 90 do século XX, as quais provocaram mudanças na estrutura social e econômica brasileira (Pochmann et al.,2006).

O método comumente utilizado para medir o desaparecimento da classe média brasileira é através da determinação da classe média por faixas de renda, forma semelhante aos primeiros estudos realizados nos Estados Unidos.

Como já foi visto no capítulo 3, análises de polarização focadas em faixas de renda são equivocadas, pois estão alicerçadas em critérios subjetivos quanto à determinação daquilo que se chama classe média. Desta forma, enquanto um pesquisador pode considerar classe média um determinado padrão de renda, outro pesquisador pode definir um segundo padrão de classe média. Caso similar aconteceu entre os estudos realizados por Thurow e Blackburn e Bloom quanto à determinação da classe média norte-americana na década de oitenta. Fazendo os cálculos utilizando os parâmetros estabelecidos pelos estudiosos americanos, para o Rio Grande do Sul, chegam-se a resultados distintos, como pode ser visto na Tabela 1 a seguir. Por isso,

Wolfson classificou estudos baseados em faixa de renda como vulneráveis e sem parametrização científica.

Tabela 1 - Faixas de Renda da Classe Média Segundo Thurow (75%-150%) e Blackburn e Bloom (60% e 225%)

Decentil	Ano			
	1987	1992	1997	2003
75% < x < 150%	13,63%	20,49%	20,42%	19,67%
60% < x < 225%	24,77%	34,70%	35,86%	39,34%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005

Fonte: Dados manipulados pelo autor.

Baseado neste critério foi publicado recentemente no Brasil um estudo desenvolvido por Pochmann et al (2006). O padrão utilizado para definir a classe média foi famílias com renda *per capita* entre R\$263,00 e R\$2.928,00. Diante desses parâmetros desenvolveu-se uma análise minuciosa das características da classe média e do padrão de consumo. O referido estudo chegou à conclusão de que tem ocorrido no Brasil uma deterioração da classe média.

Um outro estudo realizado recentemente no Brasil, foi desenvolvido por Figueiredo, Netto Junior e Porto Junior, onde procurou-se medir a polarização através de um índice sugerido por Duclos, Esteban e Ray (2004) – DER. O período utilizado para análise foi 1987 a 2003 e a conclusão é de que comparando o ano inicial com o ano final, o índice de polarização apresenta um aumento expressivo para o Brasil, que passou de algo em torno de 0,3 para aproximadamente 0,5¹. Apesar de os métodos de ambos os estudos serem divergentes, as conclusões são muito parecidas, ou seja, uma deterioração ou desaparecimento da classe média.

Utilizando o índice DER o referido estudo isentou-se da definição do critério subjetivo de determinação da classe média, obtendo assim um maior rigor científico e tornando-se menos vulnerável. Para o período compreendido entre 1992 e 2003 o

¹ Quanto mais próximo de 1 o índice, maior é o grau de polarização

comportamento da polarização medida através do DER e do índice de Wolfson é similar. Isto é, entre os anos de 1992 e 1995 o índice aumentou, para os anos de 1995 a 1999 o índice diminuiu. Entre os anos de 2001 e 2002 o grau de polarização aumentou e entre os anos de 2002 e 2003 os índices diminuíram. A única variação que divergiu entre os dois índices foi entre o ano de 1999 e 2001, onde para o índice de Wolfson a polarização diminuiu e para o DER o grau de polarização aumentou.

Como já mencionado, o presente capítulo irá apresentar uma comparação entre o Brasil e o Rio Grande do Sul para a desigualdade e a polarização. Para medir a desigualdade será utilizado o índice de Gini e para mensurar o desaparecimento da classe média o método considerado será o índice Wolfson, ambos abordados no capítulo 2. Para apresentar os resultados o capítulo estará estruturado em três partes. A primeira parte versará sobre os critérios utilizados para medir desigualdade e polarização, na seção seguinte apresentar-se-ão os resultados da desigualdade e na parte final serão abordados os resultados do índice de polarização.

4.1 METODOLOGIA²

A base de dados utilizada para calcular o índice de Gini e o índice de Wolfson foi a renda real dos trabalhadores correspondentes aos anos de 1987 a 2003, excluindo-se os anos de 1988 e 1996 por problemas nos dados e os anos 1991 e 2000 por serem anos censitários.

Os dados foram retirados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando-se como base o mês de setembro dos respectivos anos. Na tabela a seguir apresentasse a amostra considerada, tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul.

² Para elaboração dos cálculos utilizou-se o software DAD 4.4, obtido através do site <http://132.203.59.36/DAD/index.html>

Tabela 2 - Tamanho da Amostra (número de domicílios) Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Ano	BR	RS
1987	112.815	2.099
1989	115.115	2.279
1990	117.051	2.325
1992	118.043	10.903
1993	120.092	10.812
1995	128.321	11.060
1997	131.222	11.675
1998	130.130	11.834
1999	166.855	15.049
2001	146.681	13.102
2002	152.270	13.122
2003	151.992	13.402

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

4.2 DESIGUALDADE

O Gráfico 1 apresenta o resultado do índice de Gini calculado para o Brasil e o Rio Grande do Sul entre os anos de 1987 e 2003. Através dos resultados apresentados pode-se perceber que o Rio Grande do Sul apresenta um desempenho melhor do que o Brasil. Enquanto o Estado parte de um índice de desigualdade de 0,605 em 1987 para 0,522 em 2003, representando uma redução percentual de 16%, o país teve uma redução percentual de 5% passando de 0,594 em 1987 para 0,556 em 2003.

Neste indicador o Rio Grande do Sul apresenta uma posição de destaque em relação aos demais Estados. Utilizando dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observa-se que em 1991 o estado gaúcho tinha o quarto melhor índice brasileiro e em 2000 passou a ser o segundo.

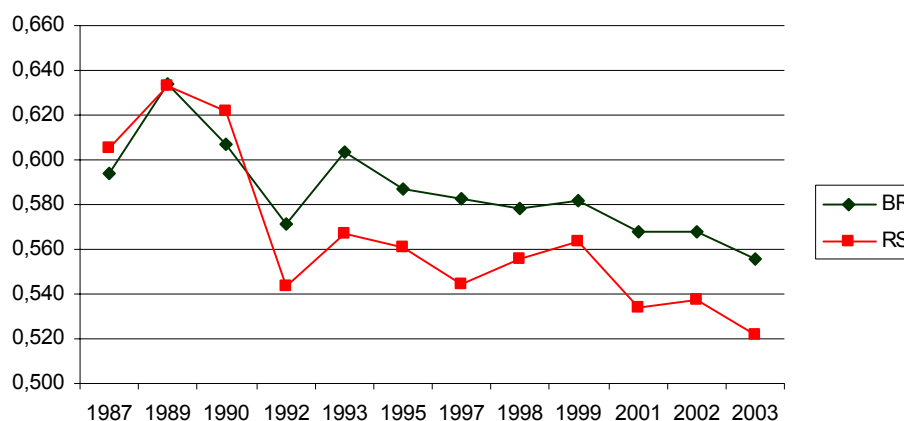


Gráfico 1 - Índice de Gini Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Outra forma de comparar a economia nacional e a regional é através da análise *cross-section*. Observando o período em estudo é possível dividi-lo em duas unidades de tempo de análise. O primeiro período situa-se entre 1987 e 1993, caracterizado por grande instabilidade econômica e política, e o segundo período é entre 1993 e 2003, conhecido pela implantação e consolidação do plano real e estabilidade monetária. O ano de 1993 é utilizado como corte devido a este ser o ano em que o Brasil teve o seu maior pico inflacionário, alcançando um índice de 2.708%, e encerra o período de instabilidade econômica interna.

Conforme pode ser visto na Tabela 3 no período de 1987 a 1993 enquanto o Brasil cresceu apenas 5,46% o Rio Grande do Sul cresceu 20,64%. Este fato se reflete no coeficiente de Gini, no qual o indicador cresceu 1,66% a nível Brasil e reduziu 6,70% para o Rio Grande do Sul.

Para o segundo período, (1993 – 2003) pode-se evidenciar através da análise do Gráfico 1, que houve mudança no patamar no indicador de desigualdade e este

apresenta uma tendência declinante. Neste período o comportamento tanto para o país quanto para o estado são semelhantes. Os dois presenciaram um período de crescimento econômico e redução do coeficiente de Gini. Este fato demonstra que a estabilidade econômica foi importante para melhorar a distribuição de renda tanto a nível nacional, quanto a nível regional.

Tabela 3 - Variação % do PIB e do Coeficiente de Gini no Brasil (BR) e no Rio Grande do Sul (RS)

Período	Variação %			
	PIB Br	PIB Rs	Gini Br	Gini Rs
1987 - 1993	5,46	20,64	1,66	-6,70
1993 - 2003	18,31	25,03	-8,63	-8,62

Fonte: Dados Brasil - Banco Central do Brasil, 2006; Dados RS - Fundação de Economia e Estatística, 2006.

Dados manipulados pelo autor.

Fazendo a comparação entre Brasil e Rio Grande do Sul através da curva de Lorenz, visualiza-se no ano de 1987 o cruzamento das curvas. Conforme foi visto no capítulo 3 quando há o cruzamento não é possível concluir através da curva de Lorenz qual distribuição está em melhor situação. Esta conclusão pode-se ser obtida somente através do complemento com um índice de desigualdade. Desta forma como já foi visto, o Rio Grande do Sul em 1987 tem uma desigualdade pior que a do Brasil.

No ano de 2003 a situação é distinta daquela observada em 1987. Neste ano através da curva de Lorenz pode-se corroborar que o Rio Grande do Sul está em melhor situação do que o Brasil.

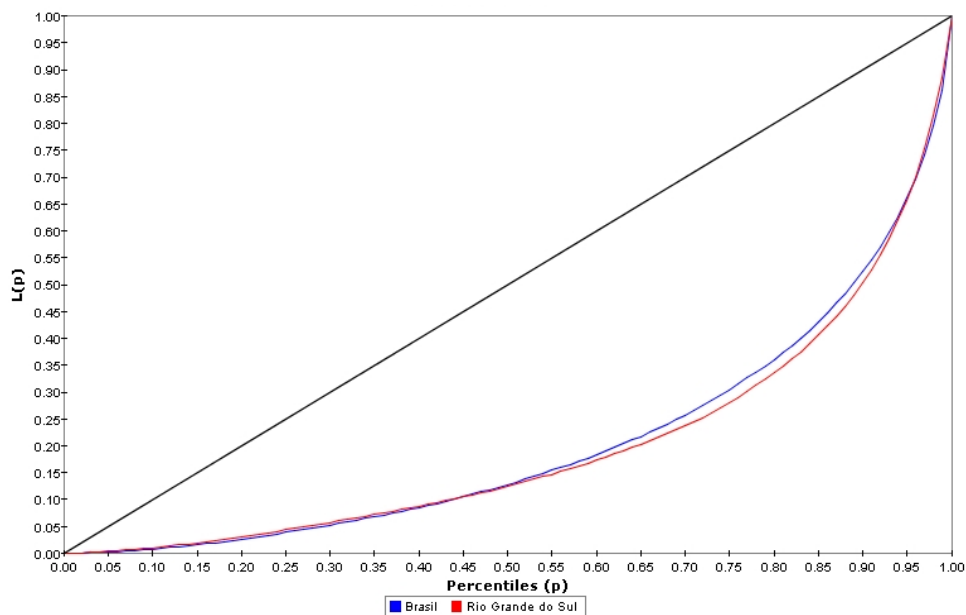


Figura 9 - Curva de Lorenz 1987, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

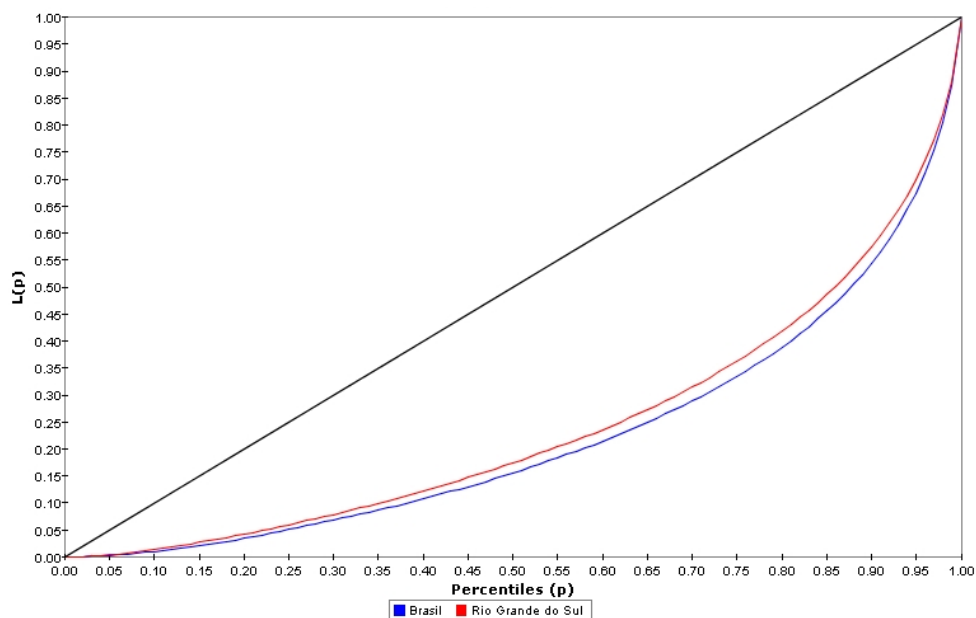


Figura 10 - Curva de Lorenz 2003, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Verificando a curva de Lorenz individual do Rio Grande do Sul entre 1987 e 2003, destacando alguns anos intermediários, percebe-se a melhora entre 1987 e 1992, e entre 1997 e 2003. Contudo no período de 1992 a 1997 a curva permaneceu praticamente inalterada. Ratificando os dados apresentados no Gráfico 1, quando o coeficiente de Gini naqueles dois anos estão no mesmo nível.

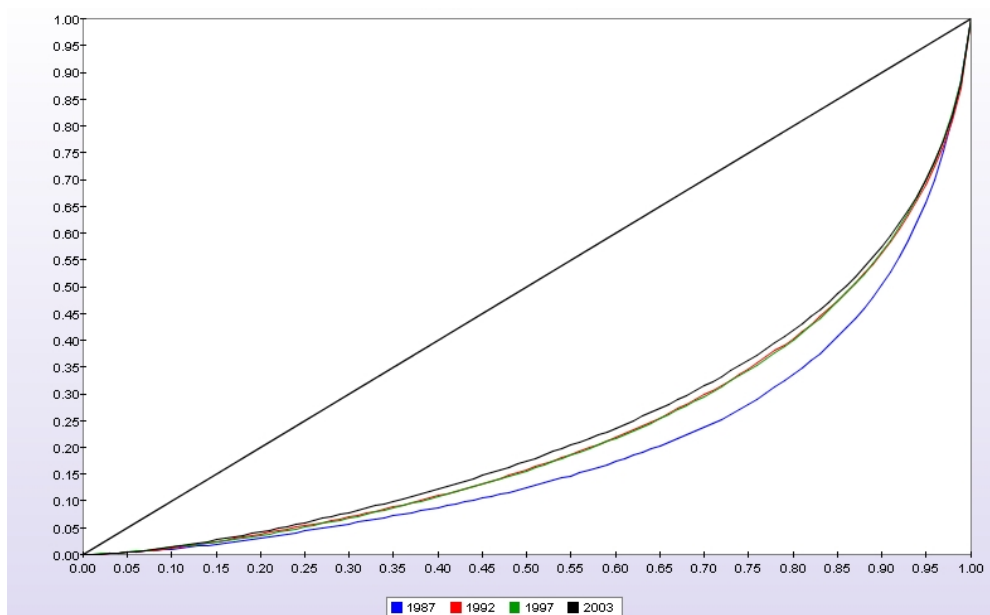


Figura 11 - Curva de Lorenz Rio Grande do Sul 1987, 1992, 1997 e 2003

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Analisando regionalmente a desigualdade gaúcha através dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro do PNUD, pode-se observar que entre os anos de 1991 (Figura 4) e 2000 (Figura 5), houve uma melhora significativa em um grande número de municípios gaúchos.

Pode-se observar também que as melhoras significativas ocorreram na metade norte. Isto é resultado da mudança presenciada na estrutura da economia desta região, onde na década de 90 do século XX ocorreu uma maior integração entre o setor

primário e o secundário, conforme afirma SOBRINHO et al. “a despeito dessas diferenças de representatividade e de desempenho da agropecuária, [...] os êxitos logrados no setor envolveram articulação entre a produção primária e a agroindustrialização, [...]” (2003, p. 8). Este contexto criou condições favoráveis para um melhor desempenho da região em termos de desigualdade. Selecionando, por exemplo, os COREDES Serra, Norte, Fronteira Noroeste e Vale do Taquari, todos tiveram um crescimento do Valor Agregado Bruto (VAB) superior à média estadual de 28,0%. Os números alcançados foram, respectivamente, 35,6%; 43,7%; 30,3% e 32,1% (SOBRINHO et al., 2003, p.8).

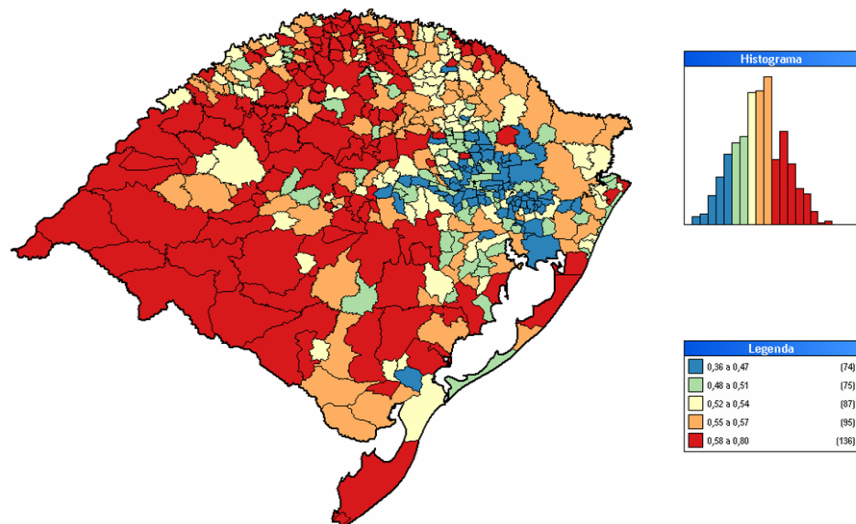


Figura 12 - Índice de Gini 1991, Municípios do Rio Grande do Sul

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2000.

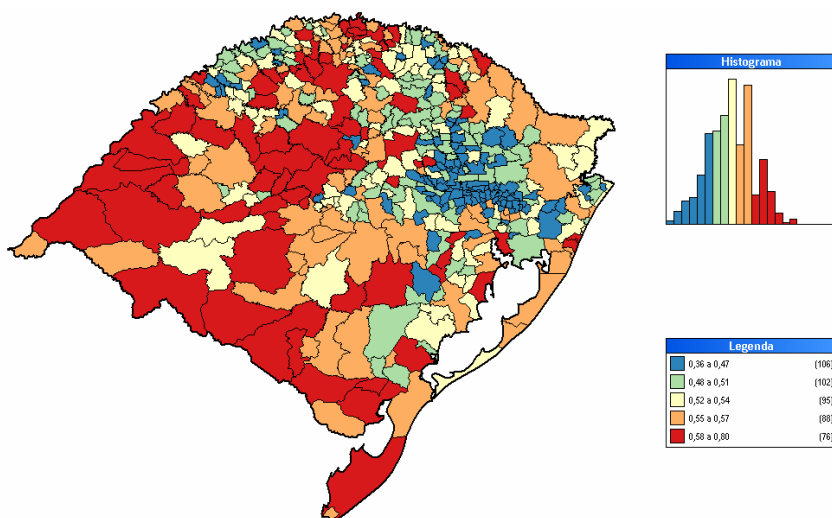


Figura 13 - Índice de Gini 2000, Municípios do Rio Grande do Sul

Fonte: PNUD, 2000.

Enfim, percebe-se que tem ocorrido uma evolução, tanto do Brasil quanto do Rio Grande do Sul, com relação à desigualdade. Contudo, os índices de desigualdade continuam em patamares indesejáveis. Sem dúvidas o Brasil continua sendo um dos países com a pior distribuição de renda.

Vale destacar, que as medidas de desigualdade não se preocupam em mensurar aquilo que ocorre dentro dos segmentos da sociedade. Esta é uma preocupação que as medidas de polarização têm, como foi enfatizado no capítulo 1. Logo, o que o índice de Wolfson procura medir é o que acontece no meio da distribuição de renda. A última seção deste capítulo será destinada a análise da polarização no Rio Grande do Sul, fazendo o paralelo com a polarização brasileira.

4.3 POLARIZAÇÃO

O Brasil, de forma análoga aos países estudados no primeiro capítulo, também presenciou nas duas últimas décadas do século XX profundas alterações na sua economia e na sua sociedade.

Em termos econômicos pode-se destacar que o país passou por um período de forte instabilidade econômica, evidenciada pela variação contínua nos índices inflacionários mantendo-se em patamares elevados. Em um segundo momento há a estabilidade oriunda da implantação e consolidação do plano Real em 1994. Além disso, vale destacar a abertura comercial ocorrida em 1990, o que provocou um choque nas empresas, pois estas não estavam devidamente preparadas para a concorrência internacional e viram-se obrigadas, em um curto espaço de tempo, a melhorar seus processos e produtos e aumentar a sua competitividade.

Por outro lado em termos sociais, este período é caracterizado, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90 do século passado, por melhora dos indicadores sociais como educação, saúde e saneamento básico.

4.3.1 Índice de Polarização

Os altos e baixos vividos tanto pela economia nacional quanto pela economia gaúcha se refletiu no grau de polarização. Como pode ser visto no gráfico a seguir o índice de Wolfson apresentou oscilações relevantes no período analisado. Mas, deve-se salientar que, apesar das oscilações, ele apresentou uma tendência declinante ao longo do período analisado. Isso quer dizer que a classe média brasileira e gaúcha aumentou entre os anos de 1987 e 2003.

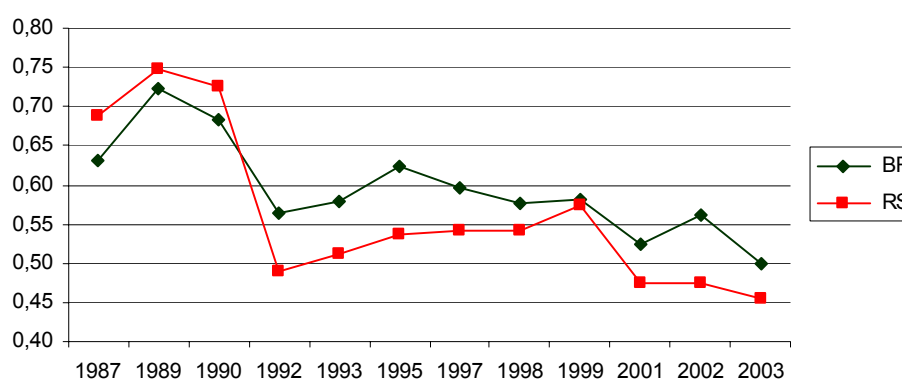


Gráfico 2 - Índice de Polarização Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Como pode ser observado, de forma similar ao coeficiente de Gini, o índice de Wolfson tem diminuído ao longo do tempo. Em 1987 este índice era de 0,631 para o Brasil e 0,689 para o Rio Grande do Sul e em 2003 ele era, respectivamente, 0,499 e 0,4555.

A justificativa para a melhora do índice de polarização brasileira pode ser evidenciada no Gráfico 3, o qual sinaliza que a partir de 2001, e fortalecendo esta tendência a partir de 2002, a variação da renda dos decentis inferiores da renda tem sido maior do que decentis superiores. Esta tendência também é válida para o Rio Grande do Sul e serão observadas mais adiante.

Da mesma forma que ocorreu com o coeficiente de Gini no início da série, o Rio Grande do Sul estava em um patamar superior à média nacional. No entanto, há uma inversão a partir de 1992. É relevante observar que a partir de 1992, quando há uma queda brusca no índice regional, há uma tendência de convergência do índice de Wolfson para o Brasil e o Rio Grande do Sul. Em 1999 os índices apresentam valores aproximados sendo 0,581 e 0,575, respectivamente. Em seguida há novamente um descolamento, mas com uma tendência declinante para ambos. A mudança no patamar do Rio Grande do Sul é provocada por uma queda brusca de 34,57% entre 1987 e 1993, enquanto o Brasil caiu somente 8,98%. No período seguinte (1993 a 1999) o índice brasileiro cresceu apenas 0,34%, enquanto o gaúcho teve uma variação positiva de 10,96%. No período final entre 1999 e 2003 os índices brasileiro e gaúcho apresentaram uma redução significativa, de 16,43% e 26,37%, respectivamente.

Tabela 4 - Variação % do Índice de Wolfson no Brasil (BR) e no Rio Grande do Sul (RS)

Período	Variação %	
	Wolfson Br	Wolfson Rs
1987 - 1993	-8,98	-34,57
1993 - 1999	0,34	10,96
1999 - 2003	-16,43	-26,37

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

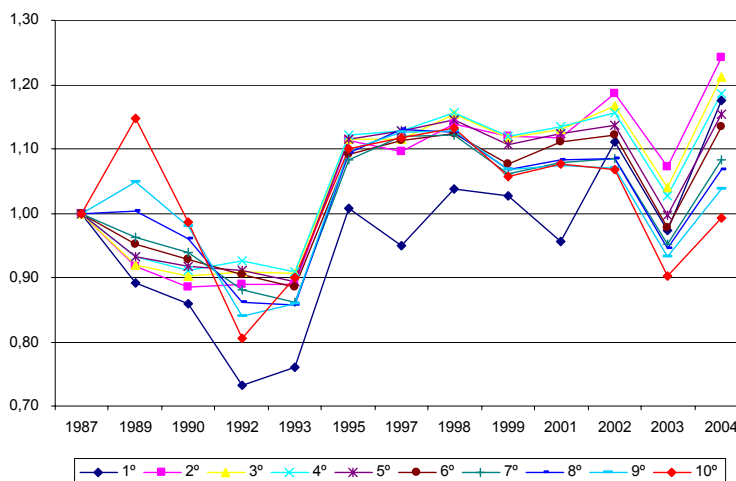


Gráfico 3 – Variação da renda brasileira por decentis 1987 = 1 (1987 – 2004)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006.

Dados manipulados pelo autor.

Outra forma de analisar a polarização é a através da curva de bipolarização desenvolvida por Wolfson. De forma semelhante ao que ocorreu com a curva de Lorenz para desigualdade no primeiro ano de análise há um cruzamento das curvas para o Brasil e o Rio Grande do Sul. Como a curva de Wolfson tem as mesmas propriedades que a curva de Lorenz, quando há um cruzamento de duas curvas não se pode fazer uma análise conclusiva através delas, sendo necessário o complemento através do índice de polarização. No caso do ano de 1987, como já foi visto, o índice de Wolfson para o Brasil está melhor do que para o Rio Grande do Sul.

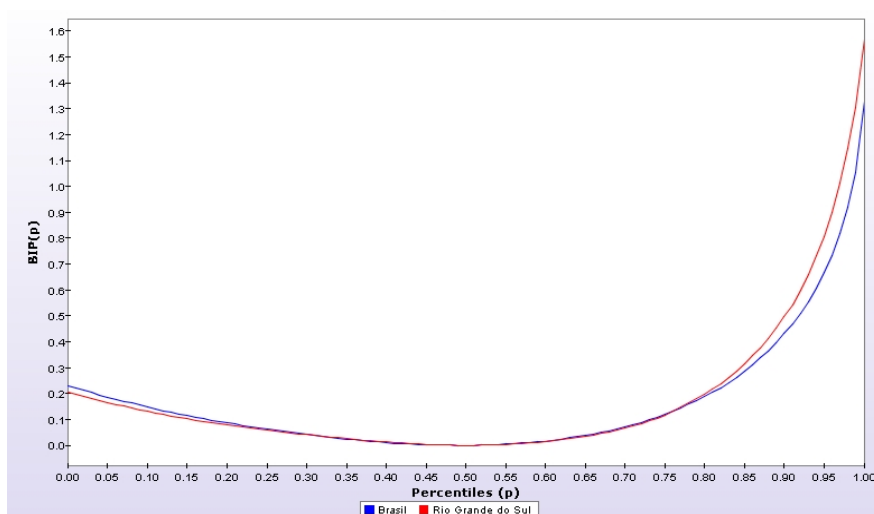


Figura 14 - Curva de Bipolarização 1987, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

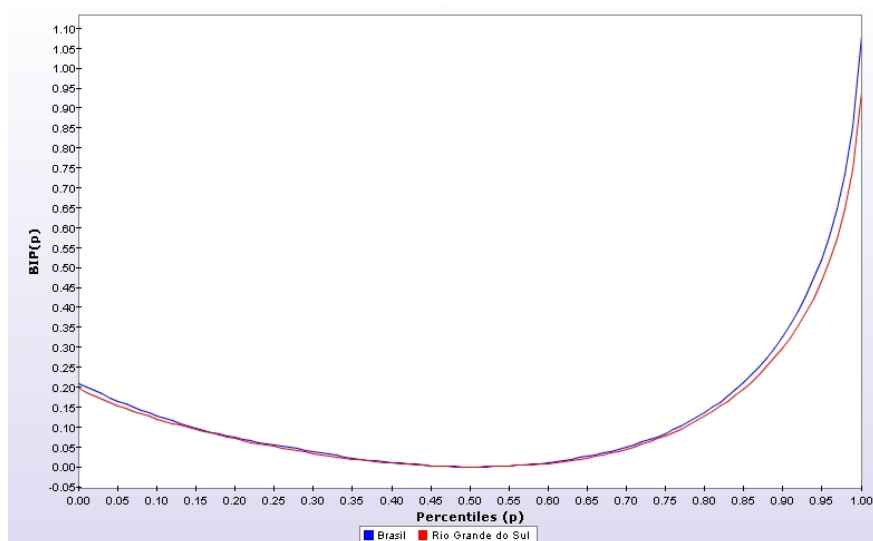


Figura 15 - Curva de Bipolarização 2003, Brasil (BR) e Rio Grande do Sul (RS)

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Para o ano de 2003, como pode ser observado na Figura 7, não há um cruzamento das curvas. Percebe-se que a curva do Rio Grande do Sul está abaixo da curva do Brasil. Ou seja, o Rio Grande do Sul é menos polarizado do que o Brasil. Isto significa que as pessoas no Rio Grande do Sul que se encontram no meio da distribuição estão tendo uma participação maior na distribuição de renda do que os indivíduos brasileiros, ou, em outras palavras, a classe média gaúcha é mais representativa se comparada a classe média brasileira como um todo.

Verificando a curva de bipolarização para o Rio Grande do Sul no período em análise, percebe-se que há o cruzamento das curvas para os anos pesquisados. Devido a este fato, não é possível fazer uma conclusão sobre a polarização através da análise exclusiva da Figura 8. Com o auxílio do índice de Wolfson demonstrado no Gráfico 2 pode-se concluir que a classe média gaúcha aumentou entre 1987 e 2003.

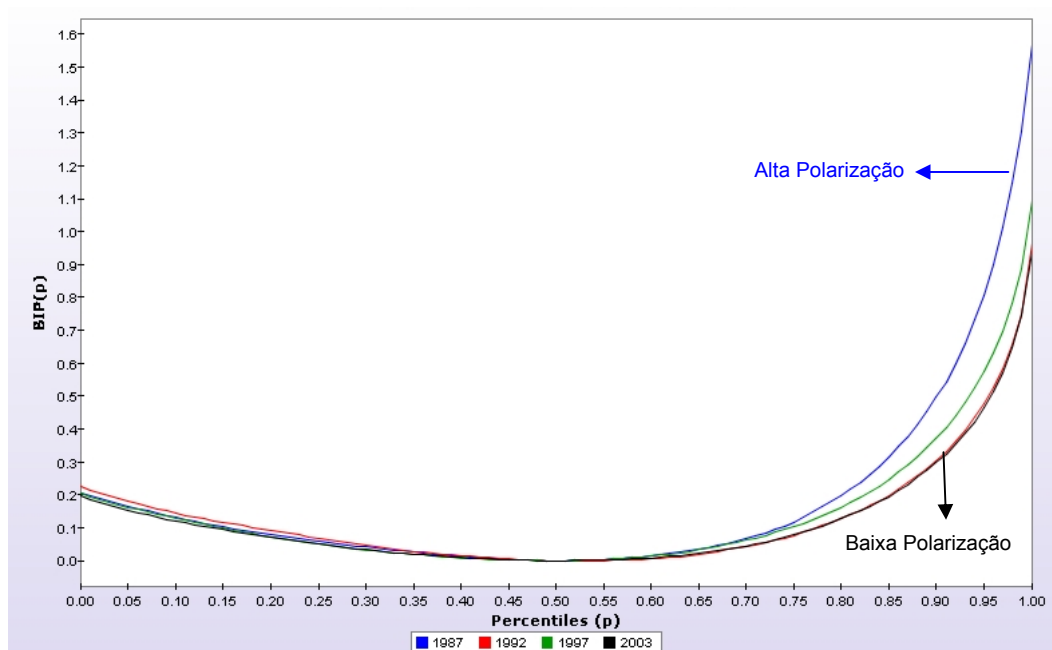


Figura 16 - Curva de Bipolarização do Rio Grande do Sul 1987, 1992, 1997 e 2003

Fonte: IBGE, 2005

Dados manipulados pelo autor.

Até aqui esta seção demonstrou os resultados da análise do índice de polarização para o Brasil e o Rio Grande do Sul e chegou-se à mesma conclusão para ambos, isto é, a classe média está aumentando segundo o índice de Wolfson. Vale ressaltar que esta tendência para os gaúchos é mais acentuada que para a média nacional, como foi observado no Gráfico 2.

4.3.2 Explicações para a Polarização Gaúcha

Para concluir o terceiro capítulo serão apresentadas algumas evidências que corroboram o fato do aumento da classe média no Rio Grande do Sul observado através do índice de Wolfson.

O Gráfico 4, abaixo, demonstra a evolução do PIB gaúcho e do índice de Wolfson. Percebe-se que há, com exceção dos anos de 1990 e 1995, correlação inversa entre

as variações no PIB e o índice de polarização para o Rio Grande do Sul, isto pode ser evidenciado através de um coeficiente de correlação de $-0,76$ para o período em análise. Este resultado é esperado tendo em vista que, conforme visto no capítulo 2, em períodos de recessão espera-se que os trabalhadores menos capacitados percam seus empregos mais rapidamente, enquanto os mais capacitados tendem a manter o seu trabalho, por ser mais difícil para a empresa obter no mercado um profissional mais qualificado. Desta forma pode-se concluir que, para o Rio Grande do Sul, conforme prevê a teoria, o ciclo de negócios pode contribuir para o aumento ou redução da polarização.

Vale destacar que para o caso do Brasil esta correlação inversa não é válida para a maioria dos anos analisados. Como pode ser observado no Gráfico 4, o Índice de Wolfson tende a seguir os movimentos da variação do PIB ao longo do período. Isto pode ser explicado pelo fato da variação da renda dos trabalhadores a nível nacional não responder de forma tão rápida as variações da economia. Seja por determinação do salário mínimo por parte do Governo ou da manutenção de transferências governamentais em períodos de queda do PIB. Enquanto que nos períodos de expansão da economia os indivíduos que estão no topo conseguem absorver de forma mais rápida a renda excedente, gerada pela expansão da economia, do que os demais indivíduos.

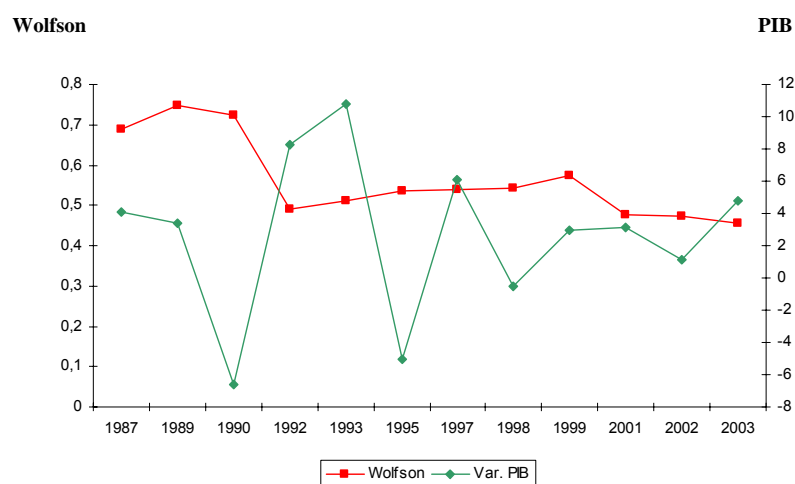


Gráfico 4 - Comparação Variação do PIB e Índice Wolfson (RS)

Fonte: Wolfson - IBGE, 2005; PIB - FEE, 2006.

Dados manipulados pelo autor.

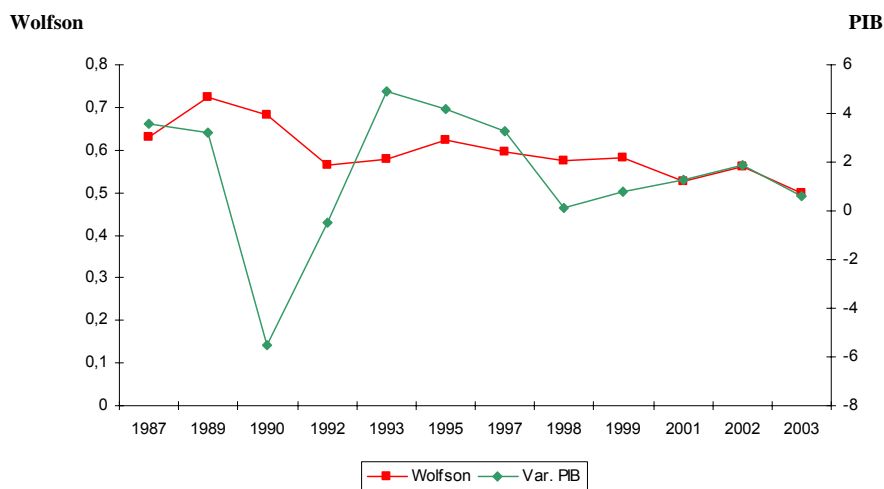


Gráfico 5 - Comparação Variação do PIB e Índice Wolfson (BR)

Fonte: Wolfson - IBGE, 2005; PIB - BC, 2006.

Dados manipulados pelo autor.

O Rio Grande do Sul possui um papel relevante nas exportações nacionais, como pode ser visto no gráfico a seguir. Isso torna o Estado peculiar frente aos demais estados brasileiros, tendo em vista a forte ligação da economia gaúcha com o comércio internacional. Em 2003, aproximadamente, 18% de toda a riqueza produzida no Estado era exportada.

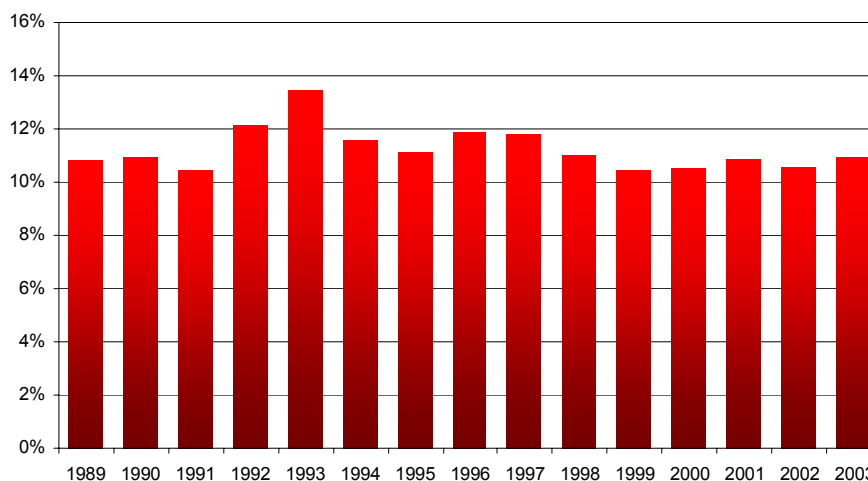


Gráfico 6 - Participação das Exportações Gaúchas nas Exportações Nacionais

Fonte: Sistema Alice, 2006.

Devido à importância significativa que as exportações têm para o Rio Grande do Sul, o ciclo de negócios do estado é impactado de forma direta pelo contexto macroeconômico nacional como, por exemplo, taxa de juros e taxa de câmbio, além do contexto microeconômico, que é a competitividade das empresas. Observa-se no gráfico abaixo, os anos que apresentam crescimento do PIB são anos que têm crescimento das exportações. Sendo que há correlação inversa entre o índice de polarização e o PIB e relação direta entre o PIB e as exportações, pode-se concluir que em anos de crescimento das exportações o índice de polarização diminui e, por consequência, aumenta a classe média. Ao longo do período analisado as exportações gaúchas cresceram de forma consistente e isto gerou um impacto positivo para o aumento da classe média gaúcha.

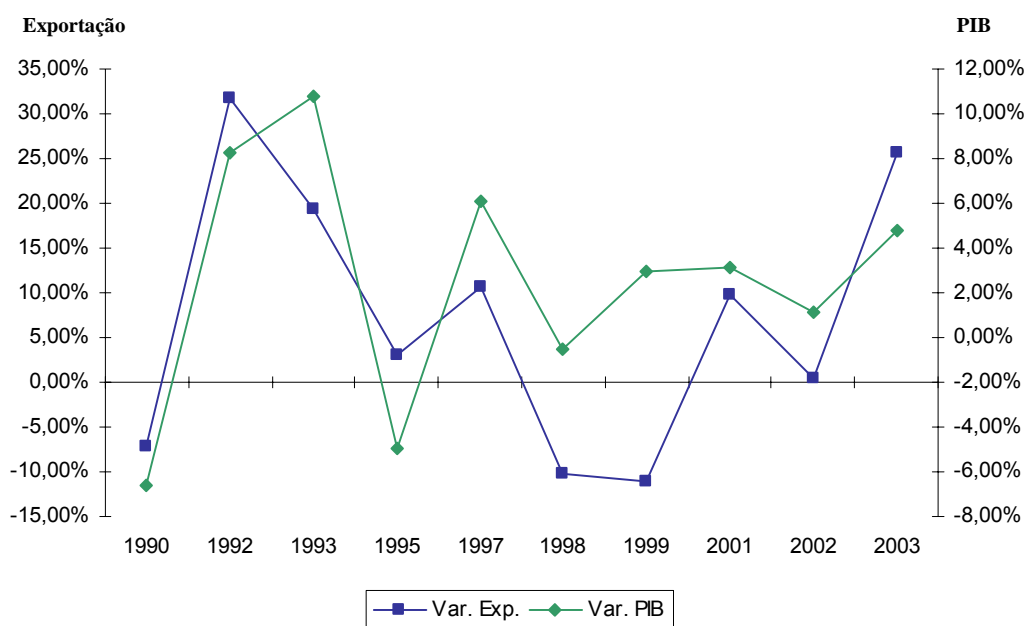


Gráfico 7 - Variação do PIB x Variação das Exportações (RS)

Fonte: Exportação - Sistema Alice, 2006; PIB - FEE, 2006.

Um outro fator importante que explica a redução da polarização no Rio Grande do Sul é o crescimento real dos rendimentos dos indivíduos que se encontram na base da pirâmide social maior do que os indivíduos que se encontram no topo. Como pode ser observado nos dois gráficos abaixo, que mostram a variação do rendimento real dos assalariados e ocupados na região metropolitana de Porto Alegre, a partir de 1996 os

dois quartis inferiores da população apresentam uma variação do rendimento real maior do que os dois quartis superiores da população.

Entre os fatores que podem explicar este comportamento dos rendimentos cita-se a melhora do nível educacional dos indivíduos e o aumento das transferências governamentais. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano para o Brasil do PNUD a média de anos de estudo no Rio Grande do Sul passou de 5,5 para 6,4 das pessoas com mais de 25 anos de idade. Como destacado em estudos anteriores sobre polarização, profissionais melhores qualificados recebem remuneração melhor. Assim, o aumento dos anos de estudos pode ser um fator explicativo para o aumento da classe média. O referido Atlas também destaca o crescimento do percentual da renda proveniente de transferências governamentais. Esse número passa de 12,39% em 1991 para 17,75% no ano 2000. Tais transferências representam um importante complemento de renda e também podem ter contribuído para a redução da polarização gaúcha.

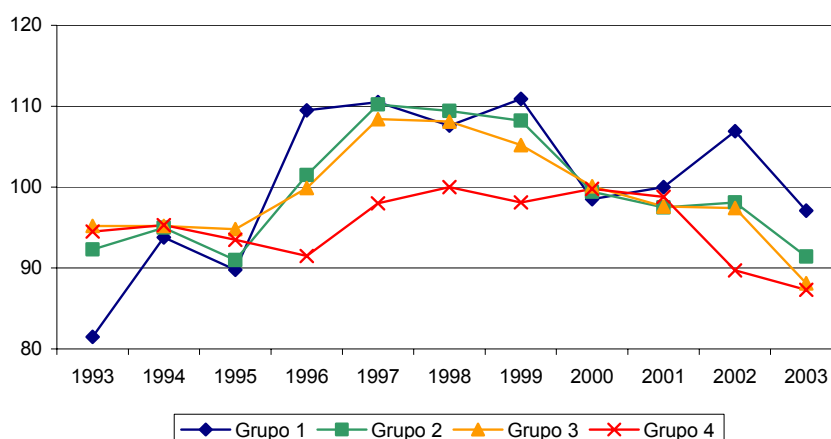


Gráfico 8 - Índice Rendimento Médio Real dos Ocupados na RMPA

Fonte: FEE, 2006.

Onde: Grupo 1 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos;
 Grupo 2 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano;
 Grupo 3 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano;
 Grupo 4 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

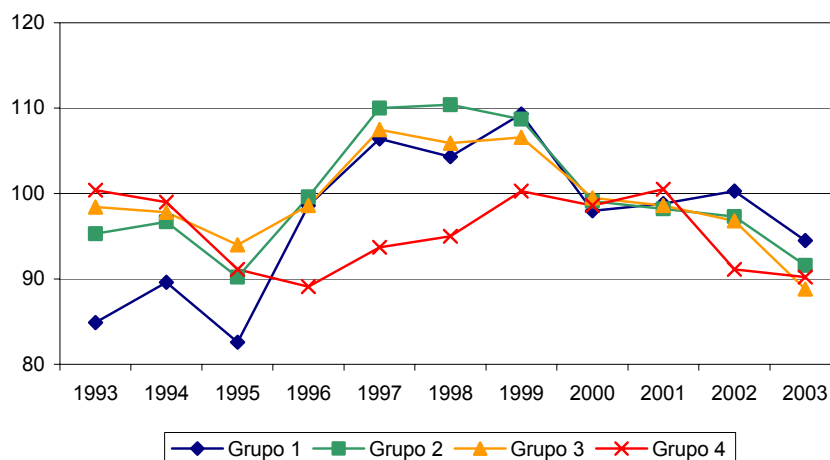


Gráfico 9 - Índice Rendimento Médio Real dos Assalariados na RMPA

Fonte: FEE, 2006.

Onde: Grupo 1 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos;
 Grupo 2 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano;
 Grupo 3 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano;
 Grupo 4 - corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

Analisando a participação na renda por decentis para o Rio Grande do Sul, no período analisado, é possível corroborar que a variação maior dos rendimentos dos indivíduos dos estratos inferiores da renda tem resultado em uma maior participação destes na renda do Estado e, conseqüentemente, contribuído para a redução da polarização.

Tabela 5 - Participação na Renda do Rio Grande do Sul por Decentil

Decentil	Ano			
	1987	1992	1997	2003
0 - 10	1,04%	1,14%	1,34%	1,37%
10 - 20	2,04%	2,73%	2,24%	2,87%
20 - 30	2,65%	3,12%	3,22%	3,61%
30 - 40	3,04%	3,95%	3,99%	4,38%
40 - 50	3,66%	4,85%	4,84%	5,17%
50 - 60	4,91%	6,08%	6,09%	6,23%
60 - 70	6,36%	7,89%	7,78%	7,80%
70 - 80	9,86%	10,56%	10,53%	10,51%
80 - 90	16,85%	15,85%	16,26%	15,45%
90 - 100	49,59%	43,84%	43,70%	42,62%

Fonte: IBGE, 2005.

Dados manipulados pelo autor.

Pode-se concluir que os fatores que contribuíram para o aumento da classe média gaúcha entre os anos de 1987 e 2003, foram basicamente dois. O primeiro deles, o ciclo de negócios, caracterizado principalmente pela expansão das exportações, contribuiu para a redução da polarização e para o crescimento do PIB gaúcho. O outro fator, as mudanças no mercado de trabalho gaúcho, favoreceu os indivíduos com menor renda, possibilitando uma variação maior dos seus rendimentos em relação aos demais trabalhadores.

Vale frisar que este trabalho não pretende ser conclusivo em relação ao tema e as causas aqui apresentadas servem apenas de orientação para uma investigação mais aprofundada para se compreender melhor a evolução da classe média gaúcha.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal testar a hipótese de que a classe média brasileira está diminuindo, fazendo-se o paralelo com a tendência de desaparecimento da classe média gaúcha. Os resultados obtidos através do índice de Wolfson corroboraram os cálculos para a polarização brasileira entre 1992 e 2003 realizado por Figueiredo, Netto Júnior e Porto Júnior, através do método sugerido por Duclos Esteban e Ray – DER (2004).

Apesar de o comportamento ser similar para os dois índices, Wolfson e DER, no caso brasileiro, isto é, elevação entre 1992 e 1995, redução entre 1995 e 1999, aumento entre 2001 e 2002 e redução de 2002 para 2003, deve-se destacar que a tendência que ambos apontam são distintas. O índice DER aponta para uma tendência levemente crescente entre os anos de 1992 e 2003, enquanto que para esses mesmos anos, o índice de Wolfson, apresenta uma tendência levemente declinante.

Desta forma, através dos resultados apresentados ao longo do trabalho, é possível negar a hipótese inicial de que a classe média brasileira está diminuindo. Pelo contrário, evidencia-se que a sua participação tem aumentado, o que se contrapõe à hipótese original deste trabalho, qual seja, a redução da classe média do Brasil.

Outro ponto destacado no decorrer do trabalho foi a questão conceitual sobre polarização e desigualdade. Através da análise, percebe-se que esses são conceitos distintos, apesar de estarem relacionados. Enquanto a desigualdade foca o movimento ao longo da distribuição de renda da sociedade, a polarização concentra-se nos movimentos que ocorrem no meio da distribuição. Assim, pode ocorrer simultaneamente uma evolução da desigualdade enquanto a polarização está retrocedendo, ou vice-versa.

Para o caso brasileiro o processo de mudança dos índices de desigualdade e polarização ocorrem de forma lenta. Comparando o índice de Wolfson com o coeficiente de Gini para o Brasil, verifica-se que o primeiro tem uma evolução mais acentuada, respondendo de forma mais rápida às mudanças ocorridas na economia nacional ao longo do período analisado.

Com relação ao Coeficiente de Gini brasileiro, esse apresentou melhoras ao longo do período em análise. Porém, essa evolução não foi suficiente para fazer o país avançar em relação aos demais países, permanecendo assim o Brasil entre os piores índices de distribuição de renda do mundo, segundo o Banco Mundial. Observa-se pelos dados apresentados no trabalho que ao longo dos 16 anos analisados ocorreu a redução de apenas 5% no coeficiente de Gini brasileiro. Isso permite corroborar com a afirmação de Ricardo Paes de Barros, quando afirma que o país apresenta uma estabilidade inaceitável.

A explicação para o resultado observado pode ser encontrada na evolução recente dos rendimentos. Segundo o IBGE, entre os anos de 2001 e 2003 a variação dos rendimentos dos níveis de renda inferiores foram maiores do que a variação da renda dos indivíduos que se encontram nos estratos elevados de renda.

Para a economia gaúcha a evolução de ambos os índices, desigualdade e polarização foram mais significativas. Destaca-se, também, a maior sensibilidade do índice de Wolfson às mudanças estruturais ocorridas na economia gaúcha no período analisado.

Entretanto, observa-se que o movimento não é uniforme ao longo do tempo. Focando-se no Rio Grande do Sul, percebe-se que a evolução da classe média oscila conforme o ciclo econômico, ou seja, aumenta em períodos de expansão e diminui em períodos de recessão. Esse fato corrobora a observação de Balckburn e Bloom de que o ciclo dos negócios pode contribuir para aumentar ou diminuir a polarização. Esta

conclusão, como foi visto no capítulo 3, não é verdadeira para o Brasil, esta pode ser corroborada através do coeficiente de correlação de -0,05. Para o caso brasileiro verificou-se que na maioria dos anos a evolução do PIB e do índice de Wolfson apresenta relação inversa. Ou seja, a classe média diminuiu em períodos de expansão do PIB, e aumentou em períodos de retração do produto.

Para facilitar a análise da polarização gaúcha, dividiu-se o período em três. O primeiro, entre 1987 e 1993, teve como fatos marcantes altas taxas de inflação, valorização real do câmbio, abertura comercial, crescimento das exportações em 1992 e 1993 e crescimento do PIB, com exceção de 1990, que se registrou uma redução de 6,6%, devido principalmente ao plano Collor I. Como resultado desse contexto houve uma redução de 34,6% do índice de polarização para o Rio Grande do Sul.

No período seguinte, entre 1993 e 1999, dá-se a implantação do plano real, resultando na estabilidade monetária e forte apreciação cambial. Nesse período o PIB estadual ficou praticamente estável e as exportações declinaram aproximadamente 4%. O resultado dessa combinação de fatores foi o crescimento do índice Wolfson em 10,9% o que representa a diminuição da classe média no período.

No período final da análise, entre 1999 e 2003, observa-se o crescimento das exportações, a desvalorização cambial e o crescimento do PIB a uma taxa média aproximada de 3% ao ano. Isso gerou uma redução no índice de polarização de 26,4%.

Analisando-se todo o período, de 1987 a 2003, constata-se uma redução no índice de polarização do Rio Grande do Sul de 34%. É importante salientar que, o índice de polarização para o estado gaúcho, que no início da série era mais elevado do que o brasileiro, chega ao final da série 9% abaixo.

A evolução do coeficiente de Gini (desigualdade) e do índice de Wolfson (polarização) para o Rio Grande do Sul foi similar. Ou seja, nos anos de aumento da classe média gaúcha, ocorreu redução da desigualdade, enquanto que nos anos de diminuição da classe média houve aumento da desigualdade. O coeficiente de Gini

gaúcho, de forma análoga ao índice de polarização, iniciou o período em um patamar superior ao do Brasil. No entanto esta tendência se inverteu e o Rio Grande do Sul como pode ser visto obteve melhoras significativas em termos de desigualdade, superando assim a média nacional.

Como foi visto no decorrer do trabalho, a redução do grau de polarização tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul é resultado de uma variação maior da renda dos indivíduos pobres em relação àqueles que estão no topo da pirâmide. Entretanto, se no decorrer do tempo permanecer esta tendência de crescimento da renda, mas sem alterar a distribuição de renda, o que pode ocorrer no longo prazo é um aumento da polarização, pois um menor número de pessoas estará no topo do estrato social e um maior número de pessoas estará na base da pirâmide e poucos indivíduos no meio da distribuição. Desta forma, para concluir, diante dos resultados obtidos e apresentados, fica como objeto de pesquisas futuras a análise da tendência da polarização brasileira no longo prazo.

REFERÊNCIAS

AHITUV, Avner; MOAV, Omer. **Fertility Clubs and Economic Growth**. In: EICHER Theo S.; TURNOVSKY, Stephen J. (Organizadores). **Inequality and Growth: Theory and Policy Implications**. Cambridge. Massachusetts and London: MIT Press, 2003.

ATKINSON, Anthony. Barnes. **On the Measurement of Inequality**. Journal of Economic Theory, Vol. 2, p. 244-263, 1970.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-48.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 177-230.

BEACH, Charles M. **The Vanishing Middle Class?: Evidence and Explanations**. Kingston, Ontario. Industrial Relations Centre, Queen's University at Kingston. Queen's Papers in Industrial Relations, 1988 – 05.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Kitchener, on: Batoche Books, 2000.

BENTHAM, Jeremy. **Defence of Usury**. Bristol, 2001. Disponível em: <<http://www.ecn.bris.ac.uk/het/bentham/usury>> Acesso em: 20 fev. 2006.

BLACKBURN, Mckinley L.; BLOOM, David E. **What is Happening to the Middle Class?** American Demographics, Overland Park, p. 18-25, January, 1985.

COWELL, Frank A. **Measuring Inequality**. Oxford: Philip Allan, 1977.

DALTON, Hugh. **The Measurement of the Inequality of Incomes**. Washington. Ecomic Journal 30. P. 348-361.

DUCLOS, Jean-Yves; ESTEBAN, Joan; RAY, Debraj. **Polarization: Concepts, Measurement, Estimation**. Nova York, 2004. Disponível em :<<http://www.nyu.edu/econ/user/debraj/Papers/DuclosEstebanRay.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2005.

DOIRON, Denise; SCHWORM, William. **Polarization in the Distributions of Earnings and Income in Australia.** Sydney, 2005. Disponível em: <<http://www.econ.mq.edu.au/seminars/polar5.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2006.

EICHER Theo S.; TURNOVSKY, Stephen J. (Org.). **Inequality and Growth: Theory and Policy Implications.** Cambridge. MA: MIT Press, 2003.

ESTEBAN, Joan. **The Measurement of Polarization: a Survey and an Application.** Barcelona, 2002. Disponível em : <<http://www.iae.csic.es/esteban/pub/PolSurvey&RegionalAppl.pdf> > Acesso em: 20 fev. 2006.

FIELDS, Gary S. **Distribution and Development: A New Look at the Developing World.** New York: The MIT Press, 2001.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de; NETTO JÚNIOR, José Luís da Silva; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. **Distribuição, Mobilidade e Polarização de Renda no Brasil no Período de 1987 a 2003.** Porto Alegre, 2005. Disponível em :<http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2005_07.pdf > Acesso em: 6 dez. 2005.

FERREIRA, Francisco H. G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (IPEA). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 131-158.

FOSTER, James E.; WOLFSON, Michael C. **Polarization and the Decline of the Middle Class: Canada and the U.S.** Mimeografado, Nashville: Vanderbilt University, 1992.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2006.

GRADÍN, Carlos; ROSSI, Máximo. **Polarización y Desigualdad Salarial en Uruguay, 1986-97.** Montevideo, 1999. Disponível em: <<http://www.decon.edu.uy/~mito/trimestre.pdf> > Acesso em: 20 fev. 2006.

GRADÍN, Carlos. **Polarization and Inequality in Spain: 1973-1991.** Vigo, 2003. Disponível em : <<http://www.webs.uvigo.es/cgradin/Publicacions/Polarization%20in%20Spain.pdf> > Acesso em: 20 fev. 2006.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios. Rio de Janeiro, 2005.

KOVACECIC, Milorad S.; BINDER, David A. **Variance Estimation for Measures of Income Inequality and Polarization: The Estimating Equations Approach.** Journal of Official Statistics, Washington, v. 13, nº 1, p. 41-58, 1997.

KUTTNER, Bob. **The Declining Middle.** The Atlantic Monthly, Washington, July, 1983. Não paginado. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/ecbig/declkutt.htm>. Acessado em: 20 fev. 2006.

LEVY, Frank; MURNANE, Richard J. **U.S. Earnings Levels and Earnings Inequality: A Review of Recent Trends and Proposed Explanations.** Journal of Economic Literature, Washington, V. 236, p. 1333-1381, Sept. 1992.

LORENZ, Michael C. **Methods of Measuring the Concentration of Wealth**". Publications of the American Statistical Association. 1905. P. 209-219.

MABEL, Andalón L.; LÓPEZ-CALVA, Luis F. **The Many Mexicos: Income Inequality and Polarization in Urban México During the 90s.** Helsinki, 2002. Disponível em: <http://www.wider.unu.edu/conference/conference-2002-2/papers/luis-f-lop-calva.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2006.

MANKIW, N. Gregory. **Distribuição de Renda.** In: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 2001. Cap. 20. p. 437-459.

MENEZES-FILHO, Naércio; FERNANDES, Reynaldo; PICHETTI, Paulo. A Evolução da Distribuição de Salários no Brasil: Fatos Estilizados para as Décadas de 80 e 90. In: HENRIQUES, Ricardo (ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-48.

NOZICK, Robert. **Anarchy and Utopia.** Oxford: Blackwell, 1974.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Earnings Inequality: Changes in the 1980s.** In: Employment Outlook. Paris. OECD, 1993. Cap. 5. p. 157-183.

POCHMANN, Márcio. et al. (Org). **Classe Média: Desenvolvimento e Crise.** São Paulo: Cortez, 2006.

PIGOU, Arthur Cecil. **Wealth and Welfare.** London. Macmillan. 1912.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. Determinantes da Desigualdade de Rendimentos no Brasil nos Anos 90: Discriminação, Segmentação e Heterogeneidade dos Trabalhadores. In: HENRIQUES, Ricardo (ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 159-176.

RAY, Debraj. **Economic Inequality.** In: Development Economic. Boston. Princeton University Press, 1998. Cap. 6. p. 169-196.

RAWLS, John. **A Theory of Justice.** Cambridge, MA. Harvard University Press, 1971.

RODRICK, Dani. **In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth**. Boston. Princeton University Press, 2003.

RODRIGUEZ, Juan G.; SALAS, Rafael. **Extended Bi-Polarization and Inequality Measures**. Madrid, 2003. Disponível em: <<http://www.minhac.es/ief/principal.htm>> Acesso em: 6 jun. 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SISTEMA ALICE, 2006.

SOBRINHO, Guilherme Xavier; STERNBERG, Sheila S. W.; JORNADA, Maria Isabel H. da; SANTOS, Sandro Rogério dos; HEREDIA, Vânia B.; COTANDA, Fernando C. **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho em Quatro Regiões Gaúchas nos Anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2003.

THUROW, Lester. **It's not Just Demographics. The Disappearance of the Middle Class**. New York. New York Times, 02/05/1984. p. F3.

WOLFSON, Michael C. **Inequality and Polarization: Is There a Disappearing Middle Class in Canada?** In: Proceedings of the Statistics Canada Symposium on Analysis of Data in Time, October 1989, Statistics Canada, Ottawa.

WOLFSON, Michael C. **Divergent Inequalities: Theory and Empirical Results Revised**. Quebec: Statistics Canada and Canadian Institute, 1977 (Research Paper Series. n. 66).

WOLFSON, Michael C. **When Inequalities Diverge**. The American Economic Review. Pittsburg. v. 84, n. 2, p. 353-358, May, 1994.

WOLFSON, Michael C.; FOSTER, James. **Inequality and Polarization – Concepts and Recent Trends**. 1983. Paper presented to the Winter Meetings of the American Statistical Association, Ft. Lauderdale, January.

WOLFSON, Michael C.; MURPHY, Brian B. **New Views on Inequality Trends in Canada and the United States**. Monthly Labor Review, Washington, v. 121, n.4, p. 3-23, April, 1998.

WORLD BANK. **World Development Report 2000/2001**. Washington: WORLD BANK, 2001.